

REM

Análise e Práticas Contabilísticas **Um Estudo no Gabinete de Contabilidade Pilar Empresarial**

RELATÓRIO DE ESTÁGIO DE MESTRADO

Andrea Susana Loreto Dias

MESTRADO EM GESTÃO



UNIVERSIDADE da MADEIRA

A Nossa Universidade

www.uma.pt

setembro | 2025

Análise e Práticas Contabilísticas
Um Estudo no Gabinete de Contabilidade Pilar Empresarial
RELATÓRIO DE ESTÁGIO DE MESTRADO

Andrea Susana Loreto Dias
MESTRADO EM GESTÃO

ORIENTAÇÃO
João Manuel Marcelino Dias Zambujal de Oliveira

COORIENTAÇÃO
Sofia Laura Barcelos Rocha



Faculdade de Ciências Sociais
Departamento de Gestão e Economia

Mestrado em Gestão

Relatório de Estágio

Análise e Práticas Contabilísticas:
Um Estudo no Gabinete de Contabilidade *Pilar Empresarial*.

Ano Letivo 2024-2025

Estagiário: Andrea Susana Loreto Dias

Aluno nº 2089118

Orientadores de Estágio:

Universidade: Prof. Doutor João Manuel Marcelino Dias Zambujal de Oliveira

Empresa: Dra. Laura Rocha

Funchal, setembro 2025

Agradecimentos

Dedico este trabalho, em primeiro lugar, à minha família, aos meus pais e aos meus irmãos, pelo apoio incondicional que sempre me proporcionaram ao longo de todo o meu percurso académico. À minha família devo a força, a motivação e a confiança que me permitiram chegar até ao fim desta etapa.

Ao meu noivo, pelo carinho, incentivo e presença constante, que, tal como a minha família, foram fundamentais para a concretização desta nova fase da minha vida.

À equipa do *Pilar Empresarial, Lda.* que me acolheu de forma tão generosa durante o estágio, transmitindo-me conhecimentos, esclarecendo dúvidas e proporcionando um ambiente de aprendizagem rico e colaborativo, expresso a minha sincera gratidão.

Por último, mas com a maior relevância, manifesto um profundo agradecimento ao Professor João Zambujal de Oliveira, meu orientador na Universidade da Madeira, pelo apoio incansável, pela paciência, pelas valiosas orientações e pela constante disponibilidade. A sua orientação foi determinante para o desenvolvimento deste trabalho, assim como para o meu crescimento académico e pessoal.

Sumário

O presente Relatório de Estágio insere-se no âmbito do Mestrado em Gestão da Universidade da Madeira e refere-se ao estágio curricular realizado no ano letivo de 2023/2024, no gabinete de contabilidade *Pilar Empresarial, Lda.* o estágio teve como objetivo principal integrar os conhecimentos adquiridos ao longo do Mestrado num contexto profissional, promovendo o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais essenciais na área da contabilidade e da gestão.

Procurou-se, assim, avaliar a aplicabilidade da teoria, reforçar a capacidade de resposta a situações reais e contribuir para a melhoria de processos internos da organização. As atividades desenvolvidas abrangeram tarefas de arquivo, inserção de documentos no sistema informático, reconciliações bancárias, conferência de contas, verificações cruzadas de informação e contacto direto com demonstrações financeiras.

A realização destas atividades possibilitou a vivência da rotina de um gabinete de contabilidade, a compreensão dos requisitos normativos e legais do *Sistema de Normalização Contabilística* e a exploração de programas de *software* de apoio à atividade contabilística. Os resultados alcançados traduziram-se no reforço da capacidade de adaptação, no aperfeiçoamento de competências técnicas e interpessoais e numa perceção mais clara da importância da padronização de processos internos e da utilização eficiente das tecnologias de informação.

Em síntese, o estágio constituiu uma experiência enriquecedora, permitindo aplicar os conhecimentos adquiridos no Mestrado em Gestão, desenvolver competências transferíveis para o mercado de trabalho e compreender de forma mais profunda os desafios inerentes à profissão. Revelou-se, assim, um contributo fundamental para a consolidação da carreira na área da contabilidade e gestão.

Palavras-chave: Competências Profissionais; Normalização Contabilística; Tecnologias de Informação; Processos Organizacionais; Controlo Interno.

Abstract

This internship report is part of the master's degree in Management at the University of Madeira and refers to the curricular internship carried out during the 2023/2024 academic year at the accounting firm *Pilar Empresarial, Lda*. The main objective of the internship was to integrate the knowledge acquired throughout the master's program into a professional context, fostering the development of both technical and behavioral skills essential in the fields of accounting and management.

The aim of the internship was to assess the applicability of theory, strengthen the ability to respond to real situations, and contribute to the improvement of the organization's internal processes. The activities carried out included filing, entering documents into the accounting software, performing bank reconciliations, account checks, cross-verifying information, and direct contact with financial statements.

These activities provided an opportunity to experience the daily routine of an accounting office to understand the normative and legal requirements of the Accounting Standardization System and to explore software tools that support accounting practices. The results achieved reflect enhanced adaptability, improvement of technical and interpersonal skills and a clearer understanding of the importance of standardizing internal processes and efficiently using information technologies.

In summary, the internship was an enriching experience, enabling the application of knowledge acquired during the master's program, the development of transferable skills for the labor market, and a deeper understanding of the challenges inherent to the profession. It therefore proved to be a fundamental contribution to consolidating a career in accounting and management.

Keywords: Professional Skills; Accounting Standardization; Information Technologies; Organizational Processes; Internal Control.

Índice

1	Introdução.....	1
2	Revisão da Literatura.....	3
2.1	Fundamentos e Princípios da contabilidade.....	3
2.2	Evolução da contabilidade.....	5
2.3	Evolução da contabilidade em Portugal.....	6
2.4	Influência da Tecnologia na contabilidade.....	7
2.5	Impacto Económico e Social nas Práticas Contabilísticas.....	8
3	Apresentação da Empresa.....	11
3.1	Descrição da Empresa.....	11
3.2	Áreas e Equipas de Trabalho.....	11
3.3	Recursos que Suportam as Suas Atividades.....	12
3.3.1	Programas de software de contabilidade.....	12
3.3.2	Parceiros da Empresa.....	13
3.4	Serviços Prestados ao Cliente.....	13
3.5	Motivação para a Escolha da Empresa.....	14
4	Descrição das Atividades de Estágio.....	16
4.1	Arquivo.....	16
4.2	Carregamento de Documentos no Sistema de Informação.....	18
4.3	Conferência de Contas.....	23
4.4	Reconciliações Bancárias.....	24
4.5	Verificações de Cruzamentos de Informação.....	25
4.6	Demonstrações Financeiras.....	27
5	Análise da Experiência de Estágio.....	30
5.1	Ambiente Interno.....	30

5.1.1	Forças	30
5.1.2	Fraquezas.....	31
5.1.2.1	Rotatividade dos recursos humanos.	31
5.1.2.2	Número de estagiários na composição dos recursos humanos.	32
5.1.2.3	Uniformidade na elaboração das tarefas entre os funcionários.....	33
5.1.2.4	Capacidade da empresa para atender os clientes.	34
5.2	Ambiente Externo	35
5.2.1	Oportunidades	35
5.2.2	Ameaças	36
5.3	Análise da Matriz SWOT	36
6	Conclusão.....	39
	Anexo A - Estrutura dos Recursos Humanos	48
	Anexo B - Carregamento de Documentos no Sistema de Informação	49
	Anexo C - Reconciliações Bancárias	50
	Anexo D - Demonstração de Resultados por Naturezas.....	53

Índice de Figuras

Figura 3.1 - Organigrama da <i>Pilar Empresarial</i> . (PE, 2023a).....	12
Figura 4.1 - Lançamento de uma fatura de uma empresa (Sage, 2024).....	20
Figura 4.2 - Lista de parametrizações (Sage, 2024).....	20
Figura 4.3 - Lançamento de uma Fatura-recibo de uma empresa (Sage, 2024).....	21
Figura 4.4 - Lançamento de uma nota de crédito (Sage, 2024)	21
Figura 4.5 - Lançamento de uma nota de crédito, com devolução imediata (Sage,2024)..	22
Figura 4.6 - Lançamento manual de um recibo, pago por transferência (Sage, 2024)	22
Figura 4.7 - Extrato de conta corrente de um fornecedor (Sage, 2024)..	23
Figura B.1 - Página inicial do programa e-fatura connection (Sage,2023).....	48
Figura C.1 - Pedido de Extrato da Conta 12 (Sage, 2024).....	49
Figura C.2 - Documento em Excel para conciliações bancárias (PE, 2023b).....	49
Figura C.3 - Lançamento manual de depósito em numerário (Sage, 2024).....	50
Figura C.4 - Pedido de extrato da conta 22 (Sage, 2024)	50
Figura C.5 - Extrato por conciliar do fornecedor (Sage, 2023)	50
Figura C.6 - Extrato conciliado de um fornecedor (Sage, 2023)	51
Figura D.1 - Demonstração de Resultados por naturezas da empresa ABC	52

Índice de Tabelas

Tabela 2.1 - Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho. (Borges et al., 2009).....	4
Tabela 2.2 - Cronologia da Contabilidade Pública em Portugal (Jesus & Gomes, 2019)....	7
Tabela 5.1 - Análise SWOT da empresa <i>Pilar Empresarial</i>	30
Tabela 5.2 - Análise da Matriz SWOT	36
Tabela A.1 - Mapa atualizado dos recursos humanos (PE, 2023a).....	48

1 Introdução

O presente relatório de estágio foi elaborado no âmbito do artigo 7.º do regulamento específico do 2.º ciclo em Gestão da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da Madeira, constituindo um dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Gestão. O estágio curricular teve lugar na empresa *Pilar Empresarial, Lda.*¹, um gabinete de Contabilidade com mais de quinze anos de experiência no mercado regional, cuja atividade integra as áreas de contabilidade, fiscalidade, consultoria empresarial e serviços complementares de apoio à gestão. Desenvolvido ao longo do ano letivo de 2023/2024, com uma duração total de 700 horas, este estágio proporcionou a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos ao longo do percurso académico, possibilitando a integração num contexto profissional real e o contacto direto com as exigências e desafios próprios da atividade contabilística e de gestão.

A realização do estágio permitiu vivenciar, em ambiente organizacional, a relevância da contabilidade como instrumento de apoio à decisão, através da execução de tarefas concretas e da análise de processos internos que sustentam a gestão das empresas. Esta experiência contribuiu para a consolidação de competências técnicas, e cumprimento de objetivos estabelecidos, nomeadamente: familiarização com a empresa em geral, tais como os sectores de trabalho, equipas e processos de organização interna, assim como a familiarização com os serviços prestados aos clientes. Este processo de aprendizagem visou não apenas a aquisição de competências técnicas, mas também o fortalecimento de competências comportamentais, como o trabalho em equipa, a gestão do tempo, a atenção ao detalhe e a adaptação a novas situações. Assim como, ajudou a autonomia nas tarefas básicas da contabilidade: arquivo, lançamentos informáticos, conferência de contas, reconciliações e verificações através de cruzamentos de informação, preparação de análises contabilísticas e económico financeiras com base no dossier fiscal desenvolvendo diagnósticos para otimizar os resultados a apresentar aos clientes e preparação, apuramento e envio dos impostos anuais, assim como envio das demonstrações financeiras de cada cliente cumprindo assim como as obrigações contabilísticas e fiscais.

A participação ativa nestas atividades foi acompanhada por uma supervisão próxima por parte dos orientadores, assim como da equipa da *Pilar Empresarial* que, com disponibilidade e rigor, facilitou a compreensão dos procedimentos adotados e dos fundamentos legais e normativos que os suportam.

A metodologia adotada consistiu na utilização de métodos de observação direta, registo

¹Doravante designada apenas por *Pilar Empresarial*

sistemático das tarefas realizadas e análise dos procedimentos internos, permitindo uma

abordagem ativa ao contexto organizacional. Esta abordagem permitiu relacionar a prática com os conhecimentos adquiridos nas unidades curriculares do mestrado, em particular nas áreas de Contabilidade, Fiscalidade, Análise Financeira e Gestão, e compreender a aplicação dos normativos legais e técnicos, designadamente do *Sistema de Normalização Contabilística* (SNC). A utilização de programas de *software* especializados, como o *Sage for Accountants* e o *GestObrig*, constituiu igualmente um elemento central para a execução das tarefas, permitindo desenvolver competências no uso de ferramentas tecnológicas que potenciam a eficiência e a precisão dos processos.

O presente relatório encontra-se estruturado de forma a refletir, de modo sistemático, todo o percurso desenvolvido ao longo do estágio. Após esta introdução, o segundo capítulo apresenta uma revisão da literatura centrada no significado, princípios e evolução da contabilidade, com especial enfoque no contexto português, analisando ainda a influência das tecnologias de informação e o impacto económico e social nas práticas contabilísticas.

No terceiro capítulo, a apresentação detalhada da *Pilar Empresarial*, incluindo a sua história, estrutura organizacional, recursos, serviços prestados e a motivação para a escolha desta entidade como local de estágio. O quarto capítulo descreve as atividades realizadas, expondo as tarefas desenvolvidas e os procedimentos seguidos, acompanhados de exemplos e evidências documentais.

No quinto capítulo é apresentada a análise da experiência de estágio, através de uma análise SWOT que identifica as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da empresa, bem como observações e propostas de melhoria.

Por fim, o sexto capítulo apresenta as conclusões, onde se sintetizam os resultados e aprendizagens obtidos, se reflete sobre a relevância do estágio para o desenvolvimento profissional, assim como recomendações de melhoria.

Em síntese, este trabalho pretende não apenas registar e descrever as atividades realizadas, mas também analisar criticamente a experiência, evidenciando a forma como esta contribuiu para o desenvolvimento de competências essenciais à gestão empresarial. Ao estabelecer a ligação entre o conhecimento teórico e a sua aplicação prática, o relatório procura demonstrar a relevância do estágio curricular como etapa fundamental na formação de um mestre em gestão, sublinhando o seu papel no aperfeiçoamento de competências técnicas e comportamentais, na compreensão dos desafios reais das organizações e na preparação para o exercício profissional qualificado.

2 Revisão da Literatura

2.1 Fundamentos e Princípios da contabilidade

A contabilidade é considerada por diversos autores como uma ciência, embora alguns a classifiquem apenas como uma técnica. Para Littleton (1974), trata-se de uma ciência social, dado que está intrinsecamente relacionada com o comportamento humano e as interações económicas. Nesse sentido, Ribeiro (2017) define-a como uma ciência que estuda e pratica funções de orientação, controlo e registo relativas à administração económica. De acordo com Marion (2008), a contabilidade fornece, de forma detalhada, informações essenciais aos gestores para a tomada de decisões, tanto dentro como fora da organização. Assim, pode ser entendida como uma ciência informativa, de apoio ao processo de controlo e decisão.

Adicionalmente, enquanto ciência social, a contabilidade tem como objeto o ser humano, na sua ação individual e coletiva, pelo que deve ser analisada no contexto dos condicionalismos socioculturais (Schwes, 1991). Neste enquadramento, a aplicação da contabilidade deve visar a resolução de problemas concretos e reais. A informação contabilística revela-se, por isso, indispensável à gestão das empresas, nomeadamente para o acompanhamento de questões de curto prazo, como o controlo de fluxos de caixa, despesas e custos. Esta informação sustenta ainda o planeamento estratégico, especialmente em ambientes empresariais altamente competitivos e dinâmicos (Ali et al., 2017).

Além disso, Dyt e Halabi (2007) destacam que a diferenciação entre pequenas e médias empresas (PME) bem ou mal-sucedidas reside, em grande parte, na forma como estas utilizam a informação contabilística, sublinhando a sua importância enquanto instrumento de gestão. Para os que consideram a contabilidade uma técnica, esta é entendida como uma prática com um objetivo eminentemente funcional, produzir resultados através da aplicação de regras, métodos ou operações específicas (Mileti et al., 2007).

A contabilidade assenta num conjunto de normas designadas por *Sistema de Normalização Contabilística* (SNC). Segundo Borges et al. (2009), o SNC corresponde a um conjunto de normas contabilísticas e de relato financeiro integradas e interdependentes, baseadas em princípios orientadores, mais do que em regras rígidas de escrituração. Está alinhado com as normas do *International Accounting Standards Board* (IASB), adotadas pela União Europeia, e em conformidade com as diretivas comunitárias em matéria contabilística. Trata-se de um modelo flexível, ajustável às diferentes necessidades de relato financeiro das empresas. Foi implementado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que estabelece as disposições apresentadas na Tabela 2.1.

Tabela 2.1 - Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho. (Borges et al., 2009).

Conteúdo do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho	
Artigo 1.º	Objecto
Artigo 2.º	Definições
Artigo 3.º	Âmbito
Artigo 4.º	Aplicação das normas internacionais de contabilidade
Artigo 5.º	Competência das entidades de supervisão do sector financeiro
Artigo 6.º	Obrigatoriedade de elaborar contas consolidadas
Artigo 7.º	Dispensa da elaboração de contas consolidadas
Artigo 8.º	Exclusões da consolidação
Artigo 9.º	Pequenas entidades
Artigo 10.º	Dispensa de aplicação
Artigo 11.º	Demonstrações financeiras
Artigo 12.º	Inventário permanente
Artigo 13.º	Referências ao Plano Oficial de Contabilidade
Artigo 14.º	Ilícitos de mera ordenação social
Artigo 15.º	Norma revogatória
Artigo 16.º	Produção de efeitos
Anexo ao DL	Sistema de Normalização Contabilística (SNC)
	Caracterização geral do SNC
	Instrumentos/elementos de SNC

Enquanto a contabilidade como tecnologia social, envolve a aplicação das ciências à resolução de problemas de carácter social, estando relacionada com o funcionamento de sistemas. Neste contexto, entende-se por tecnologia social o conjunto de práticas, métodos e instrumentos desenvolvidos a partir do conhecimento científico, destinados a organizar, interpretar e apoiar processos sociais e económicos. Nesse sentido, Bunge (2018) defende que, quando a ciência é aplicada à melhoria do meio natural ou artificial, bem como à investigação e produção de bens materiais e culturais, transforma-se em tecnologia.

Há ainda quem considere a contabilidade uma arte, talvez num sentido mais antigo. De acordo com o Comité do *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA), a contabilidade é definida como a arte de registar, classificar e resumir, de forma significativa e em termos monetários, operações e factos com, pelo menos em parte, carácter financeiro, bem como interpretar os resultados dessas operações (Carvacho, 2013).

2.2 Evolução da contabilidade

Existem quatro grandes períodos de evolução da contabilidade, segundo Montesino (1978). O período empírico abrange desde a Antiguidade e Idade Média até 1202, data da publicação do *Liber Abaci* (Fibonacci, 2002/1202). Segue-se o período de gênese e criação da partida dobrada: inicia-se com a revitalização do comércio no século XIII e prolonga-se até à publicação da obra de Pacioli, em 1494. O terceiro período corresponde à fase de expansão e consolidação da partida dobrada: decorre até à primeira metade do século XIX, sem avanços técnicos ou científicos significativos. Por fim, o período científico: inicia-se no século XIX e estende-se até aos dias de hoje.

Para outros autores, como Scarano et al. (1999), o processo evolutivo da contabilidade pressupõe uma transição artística para um percurso pedagógico, culminando numa fase científica. Neste sentido, os autores identificam três fases distintas: a arte empírica, caracterizada por normas e práticas rudimentares, a divulgação da arte, que complementa a fase anterior através do alargamento do conhecimento contabilístico, e a crítica científica, correspondente ao amadurecimento da contabilidade enquanto disciplina científica.

Além das divisões por períodos históricos, alguns autores analisam a evolução da contabilidade como uma passagem entre duas fases opostas: uma fase não sistemática, em que o conhecimento era mais desorganizado e empírico, e uma fase sistemática, em que tudo passou a ser mais organizado e baseado em métodos científicos (Canahua, 2006).

A contabilidade é uma ciência antiga, sendo um instrumento fundamental no apoio à tomada de decisões. A sua origem remonta a cerca de 10 mil anos A.C., quando se baseava na medição e controlo de bens (Oliveira & Nagatsuka, 2000). Apesar disso, existem lacunas quanto à sua origem precisa. Segundo Ferreira (1979), muitos atribuem a Pacioli, o papel de pioneiro por ter sido o primeiro a publicar um tratado sobre a matéria, a obra *Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalità*. Nela, Pacioli não só apresenta o método da partida dobrada na Europa, como também divulga os usos comerciais da época, a nova aritmética e a álgebra, fornecendo um grande contributo às necessidades comerciais da altura, que transformariam a forma como a contabilidade seria aplicada até aos dias de hoje (Cano, 2017).

Por isso, Hatfield (1979) considera Pacioli o precursor da contabilidade moderna. Com a introdução da partida dobrada, passou-se a entender a contabilidade como uma estrutura de gestão baseada em registos sistemáticos e cronológicos, regendo-se pelo princípio da causalidade entre débito e crédito. Pacioli define os cinco princípios fundamentais da partida dobrada na inexistência de débito sem crédito, na igualdade entre a soma dos débitos e dos

créditos, considerando ainda que tudo o que se recebe é um débito á entidade que entrega, assim como tudo o que entra representa um débito, tudo o que sai um crédito, sendo as perdas registadas a débito e os ganhos a crédito.

Cotrugli em 1573 abordou a contabilidade enquanto corpo de conhecimento estruturado, com aplicação para além da simples representação e descrição de factos, sabendo-se a obra foi escrita em 1458 (115 anos antes). No entanto, a contabilidade só adquire uma natureza interpretativa dos fenómenos económicos com a obra *La contabilità applicata alle amministrazioni private e pubbliche ossia elementi di scienze economico-amministrative applicati alla tenuta dei registri, ed alla compilazione e revisione dei rendicontide*, escrita por Villa em 1840. Posteriormente, surge a contabilidade de custos, desenvolvida na primeira metade do século XIX, impulsionada pela necessidade de produção em massa de bens homogéneos através do uso de máquinas, substituindo a produção artesanal (Caiado, 2003).

2.3 Evolução da contabilidade em Portugal

O período em torno de 1974 criou as condições para o desenvolvimento de uma nova realidade económica, cujas exigências levaram à criação da Comissão de Normalização Contabilística (CNC). O trabalho desta comissão culminou na publicação do primeiro Plano Oficial de contabilidade (POC), em 1977. A rápida globalização trouxe consigo influências internacionais, nomeadamente do *International Accounting Standards Committee* (IASC), atualmente designado *International Accounting Standards Board* (IASB) (Ferreira & Regojo, 1996).

As primeiras referências à contabilidade em Portugal, bem como na Região Autónoma da Madeira (RAM), datam do século XVIII (Caria & Rodrigues, 2014). A reforma do setor público ocorrida no final do século XX teve um impacto significativo na aplicação da contabilidade. Durante este período, os sistemas contabilísticos do setor privado e do setor público eram idênticos, o que resultava num baixo nível de exigência e transparência (Pires, 2018).

A aprovação do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) teve lugar em 1997, sendo posteriormente revogado com a publicação do *Sistema de Normalização Contabilística* para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (Pires, 2018).

Antes desta reforma, a Contabilidade Pública tinha um carácter meramente orçamental. A sua primeira transformação significativa ocorreu com a aprovação da Lei de Bases da Contabilidade Pública (Lei n.º 8/90, de 20 de fevereiro), que passou a contemplar o registo digráfico (partidas dobradas). Esta reforma, amplamente conhecida como Regime da Administração Financeira do Estado (RAFE), foi formalizada através do (Decreto-Lei 155/92,

de 28 de julho), e surgiu no contexto da crescente preocupação com a modernização da Administração Pública, atendendo à diversidade cada vez maior das entidades públicas (Jorge, 2001).

Com o objetivo de uniformizar as práticas contabilísticas, o sistema contabilístico foi reformulado com base no Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, que instituiu a obrigatoriedade da aplicação do referencial do IASB, nomeadamente as *International Accounting Standards* (IAS) e os *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Nesse enquadramento, foi criado o *Sistema de Normalização Contabilística* (SNC), alinhado com as normas internacionais e as Diretivas Contabilísticas da União Europeia, mas sem perder de vista os fatores que caracterizam a envolvente portuguesa (Pires, 2018).

Tabela 2.2 - Cronologia da Contabilidade Pública em Portugal (Jesus & Gomes, 2019).

Acontecimentos Cronológicos da Contabilidade Pública em Portugal	
Até 1974	- Contabilidade meramente orçamental; - Preocupação com as despesas públicas; - Cumprimento do orçamento e da lei; - Unigrafia; - Sistema de base de caixa modificado;
De 1974 a 1989	- Grandes mudanças no setor público com a entrada na CEE; - Estímulos de inovação por parte dos restantes países membros; - Criação do primeiro programa oficial de contabilidade; - Criação do inventário geral do património do Estado; - Implementação da classificação económica das receitas e despesas públicas;
De 1990 a 1992	- Criação da Lei das Bases de Contabilidade Pública; - Criação da Lei de Enquadramento Orçamental; - Criação do Regime da Administração Financeira do Estado; - Criação de Planos Setoriais adaptados à Administração Pública; - Criação de uma estrutura de missão para levar a cabo o desenvolvimento do POCP;
De 1997 a 2015	- Aprovação e implementação do POCP e dos Planos Setoriais;
A partir de 2015	- Aprovação e implementação do SNC-AP.

Entre 2015 e 2018, ocorreu o período de transição para a implementação do *Sistema de Normalização Contabilística* para as Administrações Públicas (SNC-AP). Jesus e Gomes (2019) apresentam, na Tabela 2.2, os principais marcos que caracterizaram a evolução da Contabilidade Pública em Portugal até à adoção deste último referencial.

2.4 Influência da Tecnologia na contabilidade

Fatores como a globalização, o avanço da informação, as tecnologias de comunicação, a redução de custos e o incentivo à partilha de dados fomentaram o uso de aplicações de gestão fiscal eletrónica a nível mundial (Turner & Apelt, 2004), sendo a *internet* o principal meio de comunicação e disseminação de informação (Seyal, 2002). Littleton (1974) demonstrou que a contabilidade não é uma ciência estática, desenvolvendo-se e adaptando-se ao seu ambiente e, conseqüentemente, às tecnologias emergentes. Essa adaptação favorece a concretização dos objetivos contabilísticos através da utilização de *software* e soluções baseadas em bases de dados (Dechow, 2010). Como resultado da evolução das tecnologias e dos seus reflexos na

profissão de contabilista, a utilização do computador pelos profissionais de contabilidade tornou-se obrigatória (Demirkan, 2001).

Atualmente, as Tecnologias da Informação (TI) desempenham um papel central e integrado na forma como as funções contabilísticas são executadas (Elbashir, 2011). Com a sua expansão, o fornecimento de informação contabilística e financeira passou a ser transformado por sistemas informatizados de informação contabilística. Por definição, estes sistemas consistem em ferramentas de TI que apoiam a recolha, o armazenamento e o processamento de dados financeiros e contabilísticos, com o objetivo de facilitar a tomada de decisões de gestão (Khairi & Baridwan, 2015).

As TI têm criado um ambiente de informação que facilita operações integradas e flexíveis (Orlikowski, 1991). As TI podem reduzir o tempo necessário para processar transações e integrar as informações contabilísticas. Podem também aumentar a qualidade da informação contabilística integrada e, como resultado, aumentar a atratividade da sua utilização (Brazel & Dang, 2008). As aplicações informáticas de contabilidade aumentaram rapidamente e quase todas as empresas começaram a manter os seus registos através de tais aplicações.

A gestão eletrónica de documentos tem vindo a aumentar, sendo os documentos transferidos para ambiente eletrónico (MacKenzie, 1999). Além disso, atualmente, uma grande parte das receitas fiscais são cobradas eletronicamente através do pagamento eletrónico de imposto. Como resultado de tais aplicações, o uso da tecnologia aumentou tanto em aplicações fiscais, quanto em aplicações contabilísticas (Güney, 2014). Consequentemente, o registo e a supervisão das transações tornaram-se mais fáceis. O uso de computadores na contabilidade aumentou de forma correspondente ao desenvolvimento da tecnologia da informação e, ao mesmo tempo, tornou-se mais complexo (Güney, 2014).

A e-contabilidade é descrita por Ak e Sonmez (2007) como a utilização, em formato eletrónico, dos livros e documentos tradicionalmente usados na contabilidade. Para implementar este sistema, é necessário realizar um inventário dos livros, documentos e demonstrações financeiras a serem convertidos para meio digital.

2.5 Impacto Económico e Social nas Práticas Contabilísticas

As condições ambientais, sociais e culturais fazem com que a contabilidade não seja idêntica, no mesmo espaço temporal, em diferentes regiões do mundo. Assim, torna-se difícil conceber um processo de homogeneização contabilístico baseado em normas produzidas num único país (Miller & Napier, 1993). Ezzamel (2002) demonstra como, no Antigo Egipto, a contabilidade foi utilizada para a distribuição equitativa de alimentos e bens, evidenciando a ligação entre as

práticas contabilísticas e o contexto social, político e económico em que se inserem.

Deste modo, os especialistas em contabilidade devem interpretar o contexto económico em que a empresa atua (Jones 2010), não esquecendo que os enquadramentos sociais influenciam igualmente as práticas contabilísticas. Sombart foi o primeiro autor a colocar tais práticas no centro da teoria do desenvolvimento capitalista, defendendo que a partida dobrada proporciona rigor, conhecimento e sistema (Pino, 2009).

Além disso, a contabilidade contempla uma corrente doutrinária normativa que, segundo Wirth (1999), se preocupa em descrever objetos com existência real, cujas evidências empíricas são verificáveis, tal como nas restantes ciências.

Seguindo uma tipologia que descreve a contabilidade como participante em duas grandes tendências, jurídica e económica, Mattessich (1964) insistiu em que os contabilistas enfrentam as duas alternativas, adquirir conhecimentos profundos sobre diversos aspetos legais (civil, comercial, fiscal), desenvolvendo a disciplina no campo puramente legal; ou adquirir competência em métodos analíticos quantitativos, tornando-se a contabilidade uma ferramenta quantitativa da prática económica.

A teoria personalista é direcionada às obrigações e direitos inerentes à propriedade, aplicando a contabilidade como garantia e meio de prova contra terceiros. Inspirada em Pacioli, surge da necessidade de representar as contas da época. Estas não eram concebidas em termos de vinculação patrimonial como um problema contabilístico, pois o proprietário, que simultaneamente atuava como administrador, necessitava apenas de um controlo visual, tangível e factual do seu negócio.

Assim, estabeleceu-se como preocupação central a contabilização das responsabilidades de terceiros, sendo as contas representantes de direitos e obrigações.

Os fundamentos desta corrente assentam em três proposições básicas, segundo as quais as pessoas são consideradas sujeitas de direito, a empresa pode igualmente assumir essa qualidade e as movimentações de valores expressos nas contas decorrem de causas jurídicas.

Por sua vez, Fernandez (1977) propõe uma espécie de complementaridade entre o jurídico e o económico reconhecendo que, a partir da obra de Pacioli, se adota o princípio de que a contabilidade visa estabelecer responsabilidades decorrentes da gestão ou administração de bens. Assim, os instrumentos de representação contabilística, as contas, refletem relações de débitos e créditos dos seus titulares, estabelecendo uma correspondência bidirecional entre a realidade económica e a realidade jurídica da época.

Para Tua (1995), Cerboni foi o pioneiro da contabilidade governamental (atual

Contabilidade Pública), a contabilidade é a ciência das funções, responsabilidades e contas administrativas dos bens, abrangendo quatro dimensões fundamentais. Estas incluem o estudo das funções da administração económica das empresas, com a finalidade de determinar as leis naturais e civis que regem a manifestação e regulação da empresa; a organização e disciplina interna das empresas, o cálculo, entendido como a aplicação da matemática aos factos administrativos e sua demonstração em ordem tabular; e, por fim, o estudo do método de registo, destinado a coordenar e representar os factos administrativos da empresa, destacando os processos e respetivos efeitos jurídicos e económicos, reunindo-os numa única equação.

Quase simultaneamente, surgiram duas correntes doutrinárias italianas que representaram uma viragem substancial face ao reducionismo ficcional e legalista de Cerboni. Ambas eram de natureza económica.

A primeira, desenvolvida por Besta em 1909, concebia a contabilidade como ciência de controlo económico, definindo as contas como instrumentos para captar o valor dos bens e elementos patrimoniais mensuráveis, bem como as suas variações. Posteriormente, evoluiu para o patrimonialíssimo, ao direccionar a contabilidade para o controlo da riqueza das empresas (*aziendas*).

A segunda, proposta designada por *aziendalismo*, abrangia todos os problemas das empresas, incluindo a análise dos seus órgãos e funções, atribuindo primazia à administração (Reis, 1999).

Esta evolução intelectual conduziu à segunda etapa: o aparecimento da partida dobrada e, posteriormente, da primeira escola de contabilidade, que se limitava ao estudo e explicação das contas. Este marco representou o fim de uma doutrina clássica de natureza pré-científica e o início de um período propriamente científico (Montesinos, 1978). Paralelamente, ocorreram profundas mudanças económicas e sociais, como o crescimento da atividade comercial, a expansão do comércio, o desenvolvimento das operações de crédito, a estabilidade dos governos e o surgimento das sociedades comerciais (Littleton, 1979).

3 Apresentação da Empresa

3.1 Descrição da Empresa

A *Pilar Empresarial*, designada comercialmente como *Loja do Empresário*, exerce atividade desde 28 de agosto de 2008. Trata-se de uma sociedade por quotas com capital social de 5.000 €. Este tipo de sociedade permite atrair capitais que não estariam disponíveis noutras formas jurídicas previstas no Código Comercial (Gonçalves, 2008). Trata-se de uma empresa familiar, detida pelos sócios-gerentes Laura Rocha e João Rocha, sendo a contabilidade assegurada pela Dra. Paula Rocha, contabilista certificada.

A organização distingue-se pela capacidade de prestar serviços profissionais ajustados às necessidades dos seus clientes, baseando a sua atuação numa relação de confiança, com profissionalismo, integridade e transparência. Os valores orientadores da atividade da empresa incluem integridade, flexibilidade, proximidade, competência e responsabilidade (*Pilar Empresarial [PE]*, 2023a).

A visão da *Pilar Empresarial* consiste em ser reconhecida, a nível regional, como uma entidade que antecipa as necessidades dos seus clientes e lhes acrescenta valor, sustentada por profissionais qualificados e comprometidos com a prestação de serviços de excelência e com o crescimento sustentado. A missão da empresa baseia-se na construção de relações de proximidade com os clientes, o que implica conhecer as suas organizações, compreender as suas necessidades e desenvolver soluções que proporcionem vantagens competitivas. O trabalho é orientado para responder às necessidades imediatas dos clientes, oferecendo serviços eficazes e suportados por recursos adequados aos seus objetivos (*PE*, 2023a).

A *Pilar Empresarial* é uma empresa local com experiência nas áreas de contabilidade, fiscalidade, consultoria empresarial, sistemas de incentivos, apoio à gestão, *marketing* e *design*. A sua cultura assenta no trabalho em equipa e na promoção de um ambiente positivo, percecionado por todos os *stakeholders*. Adota como lema “*Success is not final; failure is not fatal: It is the courage to continue that counts.*”², incentivando os clientes a perseverarem e a manterem a humildade mesmo após alcançarem o sucesso (*PE*, 2023a).

3.2 Áreas e Equipas de Trabalho

A empresa dispõe de profissionais com qualificações e habilitações adequadas às funções exercidas, integrando uma equipa jovem, dinâmica e com experiência diversificada e especializada, conforme ilustrado no Anexo A. Os recursos humanos estão distribuídos por diferentes departamentos, conforme apresentado no organograma seguinte (Figura 3.1)

² O sucesso não é definitivo; o fracasso não é fatal: o que conta é a coragem de continuar. 11

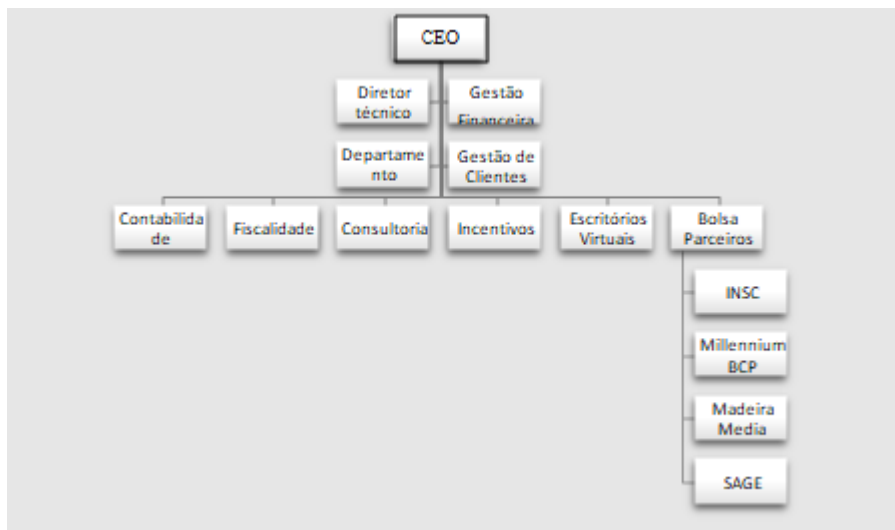


Figura 3.1 - Organograma da *Pilar Empresarial*. (PE, 2023a).

É possível observar no topo, o diretor executivo, denominado *Chief Executive Officer* (CEO), contudo, tratando-se de uma sociedade por quotas, o termo mais apropriado é gerente, uma vez que esta forma jurídica não prevê a existência formal de um CEO. Neste caso, os gerentes são também sócios da empresa. O organograma apresenta ainda os departamentos de Gestão Financeira, Gestão de Clientes, Informática e Direção Técnica, os quais se subdividem nas diversas áreas de atuação da empresa: Contabilidade, Fiscalidade, Consultoria, Incentivos, Escritórios Virtuais e Bolsa de Parceiros.

3.3 Recursos que Suportam as Suas Atividades

A *Pilar Empresarial* tem a sua sede e espaço de atividade na Rua do Carmo, n.º 5, no Funchal, ilha da Madeira, onde se concentra a equipa de trabalho. Para além do atendimento presencial, a comunicação com os clientes é feita por via telefónica, correio eletrónico, *website* institucional e redes sociais, nomeadamente *Facebook*, *LinkedIn* e *Twitter*.

3.3.1 Programas de software de contabilidade

A empresa utiliza dois programas de *software* de contabilidade: *Sage for Accountants* e *GestObrig*.

O *Sage for Accountants*, líder no mercado de sistemas integrados de contabilidade, permite diversos automatismos que simplificam tarefas, otimizam processos e digitalizam o negócio através do arquivo digital, resultando num aumento da produtividade, eficiência e economia de tempo. Este programa de *software* abrange diversas áreas da atividade contabilística, incluindo contabilidade, faturação, gestão de ativos e salários. Podendo ser utilizado por clientes de qualquer dimensão e setor de atividade (Sage, 2023).

O programa *GestObrig* é utilizado por profissionais e gabinetes de contabilidade para a

gestão de obrigações fiscais. Permite o controlo, submissão, armazenamento e notificação dessas obrigações de forma simples, prática e intuitiva. A aplicação possibilita o envio simultâneo de múltiplos ficheiros SAF-T (PT) (*Standard Audit File for Tax Purposes*) e declarações de remunerações pela *internet* (DRI), além de informar sobre as obrigações pendentes, gerar *e-mails* com anexação das respetivas guias de pagamento e relembrar os clientes dos prazos associados (GestObrig, 2023).

3.3.2 Parceiros da Empresa

Para cumprir os seus deveres perante clientes e potenciais clientes, a empresa dispõe de uma bolsa de parceiros que contribuem para o desenvolvimento das suas atividades. Estes parceiros prestam serviços nas áreas de informática e consultoria, financiamentos e microcréditos, seguros, apoio legal e *marketing*. De forma detalhada, podem indicar-se alguns dos seus parceiros.

A INSC (*Informática, Serviços e Consultoria, Lda.*), fundada em 1992, é reconhecida como uma empresa inovadora e líder de mercado na Região Autónoma da Madeira. Disponibiliza soluções empresariais de tecnologia da informação, suporte e consultoria, adaptadas à dimensão e ao setor de atividade dos seus clientes (INSC, 2023).

O *Millennium BCP* é um banco português que oferece uma ampla gama de serviços financeiros. Disponibiliza também serviços de contabilidade para empresas e contabilistas, como o *Sage for Accountants*, plataforma utilizada na *Pilar Empresarial* (Millennium BCP, 2023).

A *WinBroker*, empresa de seguros do Grupo MDS presente no mercado desde 2007, presta apoio especializado e personalizado aos seus clientes (MDS Group, 2023).

O escritório da Dra. Liliana Rocha, advogada, acompanha os clientes da *Pilar Empresarial*, bem como a própria empresa, em matérias legais.

Por fim, a *Madeira Média (marketing e design)* é responsável pela gestão dos meios de comunicação da empresa e pela elaboração da respetiva estratégia de *marketing* (Madeira Média, 2023).

3.4 Serviços Prestados ao Cliente

A empresa disponibiliza uma ampla gama de serviços, com os quais procura estabelecer relações de confiança e proximidade com os seus clientes. O seu portefólio de atividades abrange a contabilidade nas vertentes financeira, orçamental, geral e analítica, bem como a fiscalidade. Neste âmbito, é responsável pela gestão do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e de

outros impostos.

Adicionalmente, presta serviços de informação de gestão, processamento salarial, faturação, consultoria de gestão, estudos de viabilidade, consultoria financeira e de controlo interno, apoio à candidatura a programas de sistemas de incentivos, *marketing* e *design*, bem como escritórios virtuais. Para a prestação destes serviços, a empresa está registada com os seguintes Códigos de Atividade Económica (CAE) (PE, 2023a):

1. CAE principal: 69200-R3 – contabilidade, auditoria e consultoria fiscal;
2. CAE secundário (1): 70220-R3 – Outras atividades de consultoria para os negócios e a gestão;
3. CAE secundário (2): 82990-R3 – Outras atividades de serviços de apoio prestados às empresas.

3.5 Motivação para a Escolha da Empresa

A decisão de realizar o estágio na *Pilar Empresarial* foi fundamentada numa variedade de fatores. Em primeiro lugar, destacou-se a diversidade das atividades inerentes à área da Gestão oferecidas pela empresa. Esta sobressai não apenas pela amplitude das suas operações, mas também pela sua reputação como um ambiente propício à aprendizagem e ao crescimento profissional. A possibilidade de intervir em diferentes vertentes da gestão empresarial permitia adquirir uma perspetiva ampla e holística do mundo dos negócios, em consonância com os objetivos definidos para o desenvolvimento do estágio profissional.

Adicionalmente, a atmosfera positiva e acolhedora foi evidente desde a primeira reunião com os colaboradores da empresa. Nessa ocasião, com a presença da sócia-gerente Laura Rocha e da contabilista Dra. Paula Rocha, foi proporcionada uma visão privilegiada da cultura organizacional, evidenciando o compromisso com a excelência profissional e com uma abordagem colaborativa. Esta reunião permitiu alinhar as metas do estágio com as aspirações de desenvolvimento profissional e pessoal. A troca de ideias e a interação com profissionais experientes, num ambiente caracterizado pelo apoio mútuo, contribuem significativamente para a valorização da experiência de estágio

A dimensão da empresa, enquanto PME, foi igualmente um critério determinante, na medida em que proporciona uma maior proximidade aos processos de decisão, à gestão operacional e estratégica, e aos próprios líderes da organização. Essa proximidade é uma mais-valia para o desenvolvimento de competências práticas e para a compreensão do funcionamento global de uma estrutura empresarial.

Importa ainda sublinhar que a escolha da *Pilar Empresarial* foi igualmente motivada pela

localização privilegiada das suas instalações, no centro da cidade do Funchal. A acessibilidade aos serviços de transporte público não só facilita a participação nas atividades diárias, como também potencia oportunidades de *networking* e interação com outros profissionais e empresas do setor. Esta conveniência geográfica não só otimiza a eficiência operacional, como reforça as possibilidades de aprendizagem, ao facilitar o acesso a recursos e eventos relevantes para a formação do estagiário.

4 Descrição das Atividades de Estágio

Durante as 700 horas do estágio regulamentar, foram realizadas as tarefas propostas pela empresa *Pilar Empresarial*, conforme estipulado no termo de estágio. Entre estas destacam-se: descrever e executar os procedimentos e tarefas básicas de contabilidade de empresas tal como, arquivo, lançamentos informáticos, conferência de contas, reconciliações e verificações, assim como também descrever e fazer (parcialmente) análises contabilísticas e económico-financeiras com o objetivo de otimizar os resultados dos clientes. O estágio proporcionou a aplicação prática dos conteúdos abordados ao longo da Licenciatura e do Mestrado em Gestão, em particular nas unidades curriculares de Contabilidade e Análise Financeira. Foram realizados lançamentos de acordo com o *Sistema de Normalização Contabilística*, bem como análises de Demonstrações Financeiras, nomeadamente da Demonstrações de Resultados.

Tendo em conta que cada organização possui uma cultura própria, cuja compreensão é essencial para uma integração eficaz, nos primeiros dias do estágio foram apresentados os colaboradores e descrito o funcionamento da *Pilar Empresarial*, facilitando a adaptação ao novo contexto profissional.

4.1 Arquivo

Atualmente, o fluxo de informação é tão extenso que se torna por vezes, complicado compreendê-lo, pelo que é necessário organizá-lo, classificá-lo em tempo real e interpretá-lo para o poder associar às atividades que estão constantemente a ocorrer na empresa. Nesse sentido, pode considerar-se documentação contabilística ao conjunto dos documentos que servem de base para registar as operações das empresas (Sanchis, 2011).

Assim, o arquivo corresponde ao processo de classificação de todos esses documentos. Na *Pilar Empresarial*, após a entrega dos documentos pelo cliente, o responsável pela empresa assina uma folha onde estão detalhados o número do cliente e os meses correspondentes, garantindo o devido registo dos documentos entregues (Pilar Empresarial [PE], 2023b).

De acordo com o PE (2023b), procede-se ao arquivo dos documentos nas capas, nos respetivos separadores de diários, realizando uma primeira separação entre os diversos tipos de documentos: faturas, recibos ou faturas-recibos, documentos diversos, vendas efetuadas, duplicados e documentos sem lançamento.

Na segunda separação, mais específica, no que diz respeito às faturas-recibo e recibos, estes são divididos conforme a forma de pagamento. As faturas pagas em numerário serão arquivadas no diário de Caixa (11), de acordo com o código de contas do *Sistema de Normalização Contabilística* (SNC), enquanto as pagas por multibanco ou transferência bancária serão

organizadas separadamente. Caso o cliente possua mais de uma conta bancária, os documentos devem ser divididos conforme a conta utilizada. Por exemplo, as faturas pagas com a conta bancária do Banco Santander devem ser separadas das pagas com a conta bancária do Banco Millennium BCP, sendo arquivadas no diário de Depósitos à Ordem (12), em subdivisões nomeadas Santander (12101) e Millennium (12102), respetivamente (PE, 2023b).

Relativamente às faturas, estas são arquivadas no diário denominado de Compras, Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas, que corresponde à conta 61 do SNC (PE, 2023b). Para tornar o processo de lançamento mais eficiente no futuro, é necessário organizar os documentos por fornecedor e, dentro de cada fornecedor, por data, de forma crescente. Esta organização facilita o lançamento de faturas de fornecedores com os quais o cliente realiza compras frequentes, especialmente quando os montantes são semelhantes.

No diário de Documentos Diversos são arquivadas as notas de crédito/débito e outros documentos que não se enquadram nos restantes diários, mas que têm impacto na contabilidade. Um exemplo desses documentos pode ser uma coima de trânsito de um veículo pertencente à empresa. Os duplicados, como o nome sugere, são cópias do documento original, que não precisam ser obrigatoriamente arquivadas, pois, a nível contabilístico, é o documento original que possui relevância (PE, 2023b).

No diário de Vendas, correspondente à conta 71 do SNC, são arquivados todos os documentos de prestações de serviços registados pelos clientes nos terminais de pagamento automático (TPA), juntamente com os valores das vendas diárias ou os recibos emitidos. Por fim, os documentos sem lançamento referem-se a todos os papéis entregues pelo cliente por engano ou que acompanham outros documentos, como uma guia de remessa ou guia de transporte, os quais não têm impacto no balanço contabilístico. Neste diário também são incluídas as faturas nas quais não está associado o Número de Identificação Fiscal (NIF) do cliente (PE, 2023b).

Para finalizar a descrição da atividade de arquivo, é necessário adicionar uma lombada à capa do cliente, detalhando o ano a que se refere a documentação, o número do cliente e os respetivos diários arquivados na capa. Sempre que possível, devem ser colocados separadores que representem os meses de cada um dos diários, a fim de agilizar os processos futuros.

Os diários mencionados anteriormente, Caixa (11), Depósitos à Ordem (12), Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (61), e Vendas (71), são os que possuem maior quantidade de documentos arquivados e os que são mais utilizados na *Pilar Empresarial*. Por outro lado, a empresa está a implementar, com alguns dos seus clientes, o arquivo digital

online através do programa de *software Bizdocs*, que permite o processamento de faturas, documentos fiscais e oficiais, e contratos em diversos formatos, a partir de qualquer dispositivo. Este sistema possibilita a organização e partilha dos documentos conforme necessário (Bizdocs, 2024).

Este programa visa simplificar os processos de entrega, permitindo que o próprio cliente submeta diretamente a documentação, o que elimina o processo de arquivo manual e reduz o armazenamento físico. Esse método de armazenamento contribui para a sustentabilidade da empresa.

4.2 Carregamento de Documentos no Sistema de Informação

Segundo Gomes (2001), o processo de lançamento consiste na notação ou registo de qualquer facto patrimonial nos livros próprios da contabilidade. Para a realização de um lançamento, devem ser considerados os seguintes elementos: dados, título ou cabeçalho, descrição histórica e valor. Quanto à classificação com base no número de contas movimentadas, o lançamento pode ser subdividido em quatro tipos de fórmulas: a fórmula simples, em que um débito corresponde a um crédito, a fórmula composta do tipo I, caracterizada por um débito e vários créditos, a fórmula composta do tipo II, que envolve vários débitos e um crédito, e a fórmula composta do tipo III, na qual vários débitos correspondem a vários créditos.

De acordo com a natureza dos movimentos, os lançamentos podem classificar-se em: lançamentos de abertura, lançamentos correntes, lançamentos de estorno, lançamentos de regularização, lançamentos de transferência ou de apuramento de resultados, lançamentos de encerramento ou fecho e lançamentos de reabertura. Por sua vez, os lançamentos de estorno, que servem para anular ou retificar outros, podem ser efetuados por “inversão de contas”, “substituição de contas” ou “alteração de quantias”. Na prática, para concretizar um lançamento de estorno, podem efetuar-se dois lançamentos, um para anular o lançamento incorreto e outro com a versão correta, ou, em alternativa, reunir ambos num único lançamento.

O processo de execução dos lançamentos consistiu na consulta dos diários, nomeadamente Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas 61), Caixa (11), Depósitos à Ordem (12) e Operações Diversas (PE, 2023b), de onde foi extraída a informação necessária para o respetivo registo no sistema informático da empresa, sendo este, no caso da *Pilar Empresarial*, o *software Sage*.

No que diz respeito às faturas, arquivadas no diário de Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas, o *Sage for Accountants*, programa utilizado pelas empresas com

contabilidade organizada, disponibiliza uma ligação ao portal *e-fatura* da Autoridade Tributária (AT), permitindo o carregamento automático de todas as faturas que contenham o NIF. No momento de registar uma fatura no *e-fatura Connection*, é necessário, segundo a PE (2023b), seguir os seguintes passos:

1. Determinar o mês da(s) fatura(s) em questão.
2. Carregar os documentos correspondentes a esse mês no *e-fatura Connection*.
3. Procurar a fatura desejada, podendo ser por valor do montante, nome da entidade fornecedora do serviço ou NIF da mesma.
4. Após selecionar a fatura, é necessário confirmar o número da fatura, uma vez que podem existir mais de duas compras da mesma entidade com o mesmo montante.

Na Figura B.1, pode-se observar a página do *e-fatura Connection*, onde os documentos são pesquisados. Esta refere os documentos do mês de novembro de 2023, destacando-se em azul o documento pendente de lançamento. No final da linha, encontra-se o número interno, composto inicialmente pelos algarismos "11", que indicam o mês de novembro, seguido do número que representa a ordem em que o documento foi lançado no respetivo diário.

Por exemplo, o código 200056 corresponde ao documento número 56 lançado no mês de fevereiro. Na coluna "Tipo", que corresponde à quarta coluna da Figura B.1, é possível consultar os diferentes documentos disponíveis no *e-fatura Connection*, como é o caso das faturas simplificadas (FS), das faturas (FT), das faturas-recibo (FR) e das notas de crédito (NC).

Também se encontram representados na Figura B.1, outros elementos relevantes, como: a coluna da entidade, que indica o nome do fornecedor; a coluna da data do documento, que refere a data de emissão; e a coluna do valor, correspondente à quantia total paga ou a descontar. Para facilitar a pesquisa, é possível clicar em cada uma destas colunas para organizar os documentos por ordem alfabética, por montantes decrescentes ou crescentes, ou por tipo de documento. Adicionalmente, pode ser introduzido o NIF do fornecedor no campo indicado, de forma a filtrar exclusivamente os documentos associados a esse fornecedor.

Uma vez realizados estes passos para localizar a fatura, procede-se à execução do respetivo lançamento. Definem-se os parâmetros indicados na Figura 4.1, nomeadamente o diário, que neste caso corresponde ao diário de Compras, identificado no *Sage* pelo número (1), o tipo de documento (Fatura de compra) e a respetiva parametrização, que, na imagem apresentada, se refere à comunicação.

Visualizar lançamentos
Documento lançado segundo parametrização

Diário: 1 Compras | Data documento: 17-10-2023

Documento: 11 Factura (Compra) | Débito: 146,09 | Crédito: 146,09

Parametrização: 2 Comunicação (1)

Conta	Descrição	D/C	Valor
626221	Telefones c/IVA Dedutível	D	119,75 €
2432312	Out.Bens e Serviços T...	D	26,34 €
221110001	- SERVIÇOS DE C...	C	146,09 €

Figura 4.1 - Lançamento de uma fatura de uma empresa (Sage, 2024).

A parametrização permite alternar entre clientes, sendo definida pelo contabilista responsável pela empresa. Exemplos de parametrizações são "MP", comunicação, eletricidade e água, respetivas a fornecedores de matérias-primas, redes de comunicação, eletricidade e água. Existe também a categoria "Trabalhos Especializados", aplicada, por exemplo, aos serviços prestados pela *Pilar Empresarial*, entre outras parametrizações ajustadas às necessidades dos clientes e aos serviços que estes adquirem ou fornecem (PE, 2023b).

Na Figura 4.2, apresenta-se a lista das parametrizações criadas para uma das empresas clientes da *Pilar Empresarial*.

Parametrização

1	Água (1)
2	Comunicação (1)
3	Gasóleo (4)
4	Refeições (4)
5	Produtos alimentares (4)
6	Trab. Especializados (1)
7	Conserv. e reparação eq.transp. (3)
8	Mater.Escritorio (3)
9	Ctt (3)
10	
11	

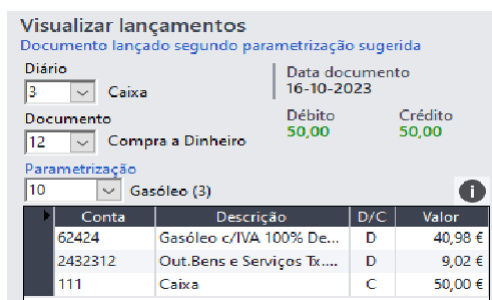
Figura 4.2 - Lista de parametrizações (Sage, 2024).

Para finalizar o lançamento, inserem-se os valores no débito e no crédito. Tratando-se de uma fatura de compra, no crédito regista-se o número do fornecedor (22) com o valor total pago, conforme ilustrado na Figura 4.1. Em contrapartida, debita-se a conta de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), caso exista, que pode ser (22%) normal, (12%) intermédio ou (4%) reduzido, e o montante remanescente na conta definida na parametrização. No exemplo da Figura 4.1, o débito refere-se a serviços de comunicação com IVA dedutível, e a parametrização à comunicação, relativa a uma fatura de uma empresa, fornecedora de serviços de comunicação em Portugal (PE, 2023b).

As faturas-recibo dividem-se em duas categorias: as pagas em numerário são arquivadas no diário de Caixa e as pagas por transferência bancária ou multibanco no diário de Depósitos à Ordem. O processo repete-se no lançamento da fatura, alterando apenas o diário para Caixa ou

Depósitos à Ordem. O documento, inicialmente registado como fatura (compra), passa a denominar-se compra a dinheiro ou transferência bancária.

Para os pagamentos efetuados através de transferência bancária, em vez de se creditar a conta 22 (Fornecedores), salda-se através de uma conta 12 (Depósitos à Ordem) ou 11 (Caixa). Caso o pagamento seja em numerário, efetua-se o débito na conta 24, correspondente à percentagem do valor do IVA, se aplicável, e debita-se o valor restante numa conta, em conformidade com a natureza da conta identificada pela parametrização. A Figura 4.3 apresenta um exemplo de lançamento de uma fatura-recibo de uma empresa, fornecedora de combustíveis, paga em numerário.



Conta	Descrição	D/C	Valor
62424	Gasóleo c/IVA 100% De...	D	40,98 €
2432312	Out.Bens e Serviços Tx...	D	9,02 €
111	Caixa	C	50,00 €

Figura 4.3 - Lançamento de uma Fatura-recibo de uma empresa (Sage, 2024).

Para finalizar a explicação dos lançamentos no *e-fatura Connection*, apresenta-se o lançamento das notas de crédito. Estas são arquivadas no diário de Documentos Diversos e, para o seu registo contabilístico, credita-se a conta 317 (Devoluções de Compras) e debita-se a conta 22 associada ao fornecedor que efetuou a venda.

No preenchimento dos três campos solicitados nos lançamentos, o diário corresponde a Operações Diversas, número (6), o tipo de documento é “Vossa Nota de Crédito” (abreviado como V/N/Crédito) e a parametrização passa a ser Devoluções de matérias-primas. A Figura 4.4 exemplifica um lançamento de uma nota de crédito de uma empresa.



Conta	Descrição	D/C	Valor
31763	Dev.Mat.Prim.(REI/REPR)	C	23,40 €
221110007	EMPRESA DE	D	23,40 €

Figura 4.4 - Lançamento de uma nota de crédito (Sage, 2024).

Após o lançamento da nota de crédito, procede-se a saldar as contas, operação que visa extinguir a dívida perante o fornecedor. Contudo, no exemplo observado, na Figura 4.5, a regularização foi efetuada diretamente na conta 31763 (Devolução de Matérias-Primas),

quando, em termos contabilísticos, seria utilizar a conta de Fornecedores (22). Este procedimento permitiria que o saldo do fornecedor fosse corretamente abatido, refletindo de forma fiel a liquidação da operação, em conformidade com as boas práticas contabilísticas.



Figura 4.5 - Lançamento de uma nota de crédito, com devolução imediata (Sage, 2024).

Por outro lado, os recibos são documentos que não aparecem no *e-fatura Connection*, embora precisem de ser lançados. Para estes casos, é necessário entrar no separador de "novo lançamento" no programa Sage, onde o recibo será lançado manualmente, conforme o exemplo apresentado na Figura 4.6, é possível observar o diário e o tipo de lançamento (correspondente ao diário), a data de lançamento (que corresponde ao último dia do mês em questão), a data do documento (data de emissão do recibo), a descrição e o tipo de documento, neste caso, "recibo de compra", com o número 13 atribuído pelo programa Sage.

Será necessário debitar a conta do fornecedor e creditar a forma de pagamento (11 para Caixa e 12 para Depósitos à Ordem). Com esses lançamentos, salda-se a conta do fornecedor que ficou a crédito quando a fatura foi lançada. Após o lançamento, o número interno é colocado no recibo arquivado no diário.

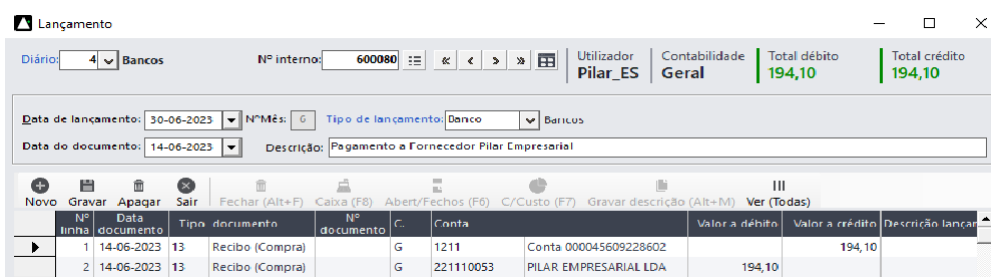


Figura 4.6 - Lançamento manual de um recibo, pago por transferência (Sage, 2024).

O separador "novo lançamento", fornecido pelo programa Sage, permite o lançamento de documentos não incluídos no *e-fatura*, como os recibos. Essa função é mais utilizada ao elaborar uma reconciliação bancária e com menor frequência no diário de Compras, pois as faturas, por obrigação, devem ser exibidas e carregadas no *e-fatura*.

No âmbito da explicação dos processos de conferência de contas, reconciliação bancária e verificação de cruzamentos de informação, foram utilizados os mapas de um cliente da *Pilar Empresarial*. Por motivos de confidencialidade, a empresa deste cliente será designada como 22

"empresa ABC".

4.3 Conferência de Contas

Consiste na comparação entre a contabilidade mantida por um fornecedor, relativa à conta da empresa, e a conta do mesmo fornecedor na contabilidade do cliente. No final do exercício, e após o registo de todos os lançamentos constantes nos extratos bancários e arquivados nos diários, é necessário contactar cada fornecedor e solicitar um extrato da conta corrente, a fim de comparar o saldo bancário a 31/12 com o saldo registado na contabilidade.

Este processo deve ser realizado periodicamente, evitando a acumulação excessiva de informação no momento do encerramento de contas, em maio. Uma forma de agilizar esta tarefa consiste em solicitar, de forma progressiva, o extrato de pendentes, documento onde constam as faturas ainda não liquidadas. Assim, é possível atualizar os registos e manter os pagamentos em dia.

No momento do encerramento, as contas da contabilidade da empresa e do respetivo fornecedor devem coincidir, comprovando que estão conciliadas. Se tal não acontecer, deve ser feita uma verificação para identificar eventuais faturas ou recibos em falta por parte da contabilidade da empresa. Estas situações ocorrem frequentemente devido à não entrega da documentação pelo cliente ou à ausência de registo de algum pagamento. Pode também acontecer que tenha sido emitida uma nota de crédito para anular uma fatura, mas a documentação não tenha sido enviada ao gabinete de contabilidade. Se o fornecedor não tiver registado um pagamento já efetuado, é necessário enviar um *e-mail* com a fatura, o recibo ou o comprovativo da transferência bancária, de forma a demonstrar que o montante já foi liquidado. Na Figura 4.7, apresenta-se o extrato da conta corrente enviado por um fornecedor da empresa ABC. Este documento mostra todos os movimentos de 2021, incluindo o saldo a pagar de 16.578,74 € referente a 2020 e os pagamentos realizados ao longo de 2021, culminando num saldo pendente de 3.455,24 €. Neste caso deverá identificar-se a origem deste valor e, caso se confirme a sua validade, solicitar à empresa ABC, o respetivo pagamento, garantindo assim a correspondência entre os registos contabilísticos e a conta corrente.

solutions equipamentos hoteleiros											
Conta Corrente em EUROS											
Cliente:											
Data	Vencimento	Documento	Nº Doc.	Série	Débito	Crédito	Saldo	Moeda emissão	Observações	Incl. Documento	
-	-	Saldo			41.937,21	26.358,47	16.578,74				
30.04.2021	30.04.2021	N/Recibo	110277	Automático		12.723,50	3.855,24	PTE ou E.JRO	N/factura no. 200465		
09.12.2021	09.12.2021	N/Recibo	110883	Automático		400,00	3.455,24	PTE ou E.JRO	N/factura no. 200483		
		Total da				13.123,50					
		TOTAIS			41.937,21	39.481,97					

Figura 4.7 - Extrato de conta corrente de um fornecedor (Sage, 2024).

Para que os saldos estejam conciliados, os totais apresentados a débito e a crédito devem coincidir com os que constam no extrato da contabilidade da empresa ABC. Este processo deve

ser repetido para cada fornecedor, a fim de possibilitar o fecho de contas.

4.4 Reconciliações Bancárias

Segundo Onuoha (2012), a conciliação bancária consiste na verificação entre o extrato da conta corrente enviado pelo banco e os registos contabilísticos da empresa, tendo como objetivos identificar diferenças resultantes do registo das operações, corrigir eventuais erros ou omissões, estabelecer responsabilidades e evidenciar os montantes disponíveis da empresa.

Assim, para realizar uma reconciliação bancária, é necessário que a empresa ABC envie o extrato da conta bancária referente ao mês em análise. O saldo do extrato bancário deve coincidir com o saldo da conta corrente da empresa ABC na contabilidade. Caso não coincida, poderá indicar a ausência de lançamentos ou, inversamente, lançamentos em excesso no diário de Depósitos à Ordem. Para verificar esta situação, deve aceder-se ao *Sage for Accountants* e, na opção de “Análise e Exploração”, selecionar “extrato de contas”, conforme ilustrado na Figura C.1. Esta ferramenta permite consultar todos os lançamentos efetuados numa conta, num determinado período.

Após selecionar a conta de Depósitos à Ordem (12) e o período em análise (por exemplo, janeiro de 2023), procede-se à verificação, movimento a movimento, entre o extrato da contabilidade e o extrato bancário, para identificar possíveis movimentos em falta.

Alguns movimentos podem não constar no extrato bancário, sendo frequentemente casos de documentos lançados, por erro, na conta de Depósitos à Ordem, cujo pagamento foi efetuado em numerário. Para corrigi-los, é necessário aceder ao lançamento, através do número interno, e substituir a conta 12 por uma conta 11, de forma a remover o movimento da conta de bancos e registá-lo na conta Caixa. Caso contrário, trata-se de movimentos ausentes na contabilidade, relativos a documentos não lançados ou registados noutras contas. Para os localizar, deve-se pesquisar os montantes em falta nas contas/diários de Compras, Caixa e Depósitos à Ordem (caso a empresa possua mais do que uma conta bancária).

Na conta Compras, confirma-se se o valor já foi lançado como uma fatura. Quando o valor coincide com o apresentado no extrato bancário, pode corresponder a uma fatura cujo recibo ainda não foi emitido. Nesses casos, procede-se ao lançamento manual do recibo, utilizando a ferramenta “Novo Lançamento”, com base no valor debitado na conta bancária.

De seguida, verifica-se na conta Caixa, se o documento não foi registado como pagamento em numerário. Por fim, analisam-se as contas de Depósitos à Ordem (caso o cliente possua mais do que uma conta bancária), para verificar se o documento foi lançado noutra conta pertencente a outro banco.

Caso o movimento não se encontre em nenhuma das contas anteriormente referidas, este permanece em aberto numa folha de Excel, tal como apresentado na Figura C.2 para que posteriormente se solicite à entidade (empresa ABC) a entrega dos documentos em falta (PE, 2023b).

Por outro lado, existem movimentos que podem ser assumidos e lançados com base no extrato bancário do cliente, sem necessidade de entrega de documentação adicional. É o caso, por exemplo, de operações com TPA, despesas bancárias, depósitos e levantamentos. Para estas exceções, bem como no caso da emissão do recibo da fatura, procede-se ao respetivo registo através da ferramenta “Novo Lançamento”. A Figura C.3, apresenta um exemplo de lançamento referente a um depósito bancário, no qual se regista a saída de fundos de uma conta Caixa (11), a crédito, e a entrada numa conta de Depósitos à Ordem (12), a débito (PE, 2023b).

Para efeitos de lançamento dos movimentos de TPA, o processo é exatamente o mesmo. No caso de um levantamento em numerário, as contas de Caixa e Depósitos à Ordem trocam de sentido: a conta de Caixa é debitada e a de Depósitos à Ordem creditada. Após estes procedimentos, elabora-se o documento apresentado na Figura C.2, no qual se especificam, para o mês em análise, os respetivos saldos e, se necessário, os acertos para a conciliação das contas. Usualmente, estes acertos referem-se a diferenças de poucos cêntimos. Quando o valor é superior, é provável que esteja em falta a entrega de um documento. Por exemplo, nos casos em que os pagamentos são efetuados por cheque e o cliente não entrega o respetivo comprovativo ou não especifica que realizou o pagamento por esse meio, não existe informação suficiente para proceder ao lançamento. Nestes casos, a referência do documento é inserida no formulário, no campo “movimentos a débito no banco que ainda não foram contabilizados pela empresa”. Adicionalmente, a data, o número e o valor do cheque (informação extraída do extrato bancário do cliente) são guardados, a fim de solicitar posteriormente ao cliente a entrega do documento. Uma vez entregue e realizado o lançamento, o valor é retirado do formulário do mês em curso.

4.5 Verificações de Cruzamentos de Informação

O processo de verificação de cruzamento de informação abrange a correção de todas as contas associadas a um cliente, como por exemplo, a conciliação das contas bancárias, fornecedores, caixa, sócios, pessoal, gastos, remunerações, entre outras.

Esta técnica exige um acompanhamento minucioso dos movimentos a débito e a crédito. O primeiro passo da sua execução consiste em aceder ao separador “análise e exploração” do *sage for accountants* e, em seguida, selecionar “Extrato de Conta”. Deve-se selecionar todo o período

do ano anterior e a conta a ser analisada, não sendo necessário seguir uma ordem específica. Na Figura C.1 observa-se que a conta selecionada foi a do primeiro fornecedor (221110001). Uma vez efetuados estes procedimentos, irão surgir todos os movimentos realizados no ano de 2023, sendo necessário verificar se todos os créditos correspondem aos débitos observados no extrato. Na Figura C.5 encontra-se a página final do extrato do primeiro fornecedor, onde se apresentam todos os débitos e créditos registados. À direita, observa-se um saldo de 129,76 €, resultante de o total de débitos ser inferior ao total de créditos. O facto de o valor em falta estar no débito indica que esse montante se encontra em dívida ou que estão em falta um ou mais recibos. No momento da consulta deste extrato, ainda não tinham sido lançados os documentos referentes a dezembro. Uma vez lançados, verificou-se que existiam duas faturas/recibos pagos em numerário, no valor de 73,88 € e 55,88 €, respetivamente, que somavam o montante em falta. Na Figura C.6, observa-se que estas contas já se encontram conciliadas.

No entanto, se já foram efetuados todos os lançamentos de 2023 e ainda assim persiste uma diferença entre o débito e o crédito, esta terá de ser corrigida. Caso o débito seja superior, poderá dever-se ao lançamento de um recibo cuja respetiva fatura ainda não tenha sido registada. Se, pelo contrário, o crédito for o valor mais elevado, poderá estar em falta o lançamento de um recibo relativo a uma fatura já registada, como foi o caso do exemplo apresentado. Este procedimento deve ser repetido para cada um dos fornecedores do cliente.

Uma particularidade deste cliente da *Pilar Empresarial* é que efetuava todos os seus pagamentos em numerário, pelo que, ao concluir a conciliação dos fornecedores, a conta de Caixa ficou igualmente conciliada. Na verificação de cruzamento de informação existe uma particularidade relativamente aos meses de dezembro e janeiro, uma vez que é comum, no encerramento do ano, existirem valores que serão descontados no ano seguinte ou, inversamente, valores referentes ao novo ano que são descontados ainda em dezembro. Nestes casos, para que os valores coincidam corretamente, é necessário proceder aos seguintes acertos. No caso de um acréscimo, isto é, um valor pago em janeiro, mas respeitante ao mês de dezembro, deve, ainda em dezembro, ser efetuada uma estimativa do valor e registá-lo numa conta 6, com contrapartida numa conta 272 (Devedores e credores por acréscimos). Em janeiro, quando seja efetuado pagamento da despesa, a conta 272 é saldada com a saída de dinheiro registada numa conta 11 ou 12.

No que respeita aos diferimentos, valores pagos em dezembro que dizem respeito a janeiro, como é frequentemente o caso das rendas, estes devem ser lançados numa conta 28 (Diferimentos), com contrapartida da saída de fundos da conta 11 ou 12. Em janeiro, mês a que

se refere a despesa, a conta 28 é saldada com débito numa conta 6.

4.6 Demonstrações Financeiras

As análises contabilísticas constituem instrumentos que sintetizam o trabalho realizado (Diniz, 2015). De acordo com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, as demonstrações financeiras a apresentar pelas entidades sujeitas ao SNC, que integram o conjunto completo previsto na Estrutura Conceptual do SNC, são as seguintes:

1. Balanço;
2. Demonstração dos resultados por naturezas;
3. Demonstração dos resultados por funções (opcional);
4. Demonstração das alterações no capital próprio;
5. Demonstração dos fluxos de caixa, método direto;
6. Anexo às demonstrações financeiras.

No Anexo D, apresenta-se à Demonstração de Resultados da empresa ABC. Esta empresa, cujo Código de Atividade Económica principal é o 93293, referente à organização de atividades de animação turística, iniciou a sua atividade em 2014. A ABC é classificada como microentidade, por cumprir os critérios estabelecidos no n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 98/2015, não ultrapassando dois dos três seguintes limites:

1. Número médio de trabalhadores durante o período em questão inferior a 10;
2. Total do balanço igual ou inferior a 350.000 €;
3. Volume de negócios ilíquidos inferior a 700.000 €.

No momento de proceder a uma análise contabilística e económico-financeira da empresa, com o objetivo de otimizar os resultados do cliente e considerando que esta se encontra categorizada como uma microentidade, torna-se necessária a elaboração do Balanço e da Demonstração de Resultados.

O Balanço constitui uma das principais fontes de informação das entidades, permitindo avaliar a respetiva situação financeira e, com base nessa análise, apoiar a tomada de decisões eficazes (Bobryshev et al., 2014). Os principais componentes do Balanço são: o Ativo (designado como aplicações de fundos, numa perspetiva financeira), o Capital Próprio e o Passivo (constituído pelas origens de fundos, incluindo o capital permanente e o passivo corrente) (Neves, 2004).

Em termos mais práticos, o Balanço reflete o conjunto dos lançamentos efetuados ao longo de um determinado período (habitualmente correspondente a um ano), nas contas pertencentes às seguintes classes:

1. Classe 1: Meios Financeiros Líquidos;
2. Classe 2: Contas a Receber e a Pagar;
3. Classe 3: Inventários e Ativos Biológicos;
4. Classe 4: Investimentos;
5. Classe 5: Capital, Reservas e Resultados Transitados;

Por outro lado, a Demonstração de Resultados, segundo Matarazzo (2010), tem como objetivo evidenciar o resultado (lucro ou prejuízo) obtido por uma organização num determinado período. Nela encontram-se expressos os Gastos e os Rendimentos, que correspondem, respetivamente, às contas das classes 6 e 7 do SNC. A diferença entre essas classes resulta na conta Resultado Líquido do Período (81).

A Demonstração de Resultados deve incluir os Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC). Contudo, as empresas que não comercializam produtos, mas sim serviços, não apresentam este valor na demonstração, como é o caso da empresa ABC. Segundo (Borges et al., 2009) o cálculo do CMVMC resulta da seguinte fórmula:

$$\begin{aligned} CMVMC = & \text{Inventário inicial} + \text{Compras de mercadorias e matérias-primas} \\ & + \text{Gastos de Compras} - \text{Devoluções de compras} - \text{Descontos obtidos} \\ & - \text{Inventário Final} \end{aligned} \quad (4.1)$$

Na *Pilar Empresarial*, quando a empresa apresenta resultados positivos (lucro), o valor inicialmente registado na conta 818 (Resultado Líquido) deve ser debitado e creditado na conta 56 (Resultados Transitados). Após o encerramento do exercício, a *Pilar Empresarial* envia os respetivos mapas financeiros à empresa ABC. De acordo com o artigo 376.º, n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais (Assembleia da República, 2006), os acionistas devem reunir-se no prazo de três meses a contar da data do encerramento do exercício.

Se os resultados forem positivos, a empresa ABC deverá deliberar sobre o seu destino, podendo optar por:

1. Manter o saldo na conta de Resultados Transitados (56);
2. Constituir reservas (legais ou livres);
3. Distribuir dividendos.

Outro dos mapas financeiros é o balancete. Neste documento interno da empresa, constam de forma detalhada, todas as contas com os respetivos valores acumulados (valores de anos anteriores mais o ano em curso) e os saldos acumulados (valores apenas do ano em questão).

Por fim, os anexos das Demonstrações Financeiras, os quais consistem em documentos elaborados pelo técnico responsável, contendo anotações que sintetizam a situação financeira

da empresa. Na *Pilar Empresarial*, este mapa assume uma estrutura simplificada, com o intuito de permitir ao cliente compreender de forma clara os resultados obtidos num determinado período. Além disso, este documento é relevante do ponto de vista organizacional, ao facilitar a transmissão de informação entre colaboradores, sobretudo em contextos de substituição, ao oferecer uma visão concisa do desempenho da empresa no período anterior.

5 Análise da Experiência de Estágio

Durante o estágio, foram identificadas áreas a melhorar e aspetos a potenciar. Recorreu-se à matriz SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats*) traduzido para português como Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA), é uma das ferramentas estratégicas mais antigas e amplamente utilizadas a nível mundial (Hill & Westbrook, 1997), permite uma análise sistemática dos fatores internos e externos que influenciam o desempenho da organização (Namugenyi et al., 2019). Da sua aplicação à empresa *Pilar Empresarial*, destacaram-se os seguintes elementos:

Tabela 5.1 - Análise SWOT da empresa *Pilar Empresarial*

Forças: <ul style="list-style-type: none">- Relação próxima e sólida com os clientes.- Localização de fácil acesso.- Disponibilidade para reuniões presenciais.- Mensalidades competitivas face à concorrência.- Oferta de serviços diversificados.	Fraquezas: <ul style="list-style-type: none">- Elevada rotatividade dos recursos humanos.- Elevado número de estagiários na composição dos recursos humanos.- Falta de padronização na execução das tarefas.- Capacidade da empresa insuficiente para o número de clientes.
Oportunidades: <ul style="list-style-type: none">- Possibilidade de estabelecer parcerias estratégicas.- Adoção de novas tecnologias.- Regimes de incentivos e fundos europeus.- Crescimento do empreendedorismo e das microempresas.	Ameaças: <ul style="list-style-type: none">- Concorrência intensa na zona envolvente.- Alterações legais.- Evolução tecnológica acelerada.- Emigração e escassez de recursos humanos qualificados.

5.1 Ambiente Interno

De acordo com Oliveira et al. (2005), a análise do ambiente interno constitui uma das etapas mais complexas do planeamento estratégico, exigindo uma avaliação crítica das políticas e procedimentos adotados pela organização. Este ambiente compreende as Forças e Fraquezas (Namugenyi et al., 2019), as quais permitem identificar os pontos fortes e as limitações, servindo de base à formulação de um plano coerente com os recursos disponíveis e vulnerabilidades existentes (Ferreira et al., 2005).

5.1.1 Forças

As forças correspondem às capacidades internas e fatores positivos que contribuem para o alcance dos objetivos da organização, permitindo uma resposta eficaz às necessidades dos clientes (Namugenyi et al., 2019).

No caso da *Pilar Empresarial*, destaca-se o forte vínculo estabelecido com os clientes, traduzido na sua satisfação, lealdade e na construção de relações de confiança. A prestação de

um serviço personalizado, aliado à atenção às necessidades específicas de cada cliente, contribui para a fidelização e para a obtenção de recomendações, que reforçam a reputação da empresa.

Adicionalmente, a localização estratégica e de fácil acesso constitui uma vantagem competitiva, ao facilitar o contacto presencial, bem como a entrega e recolha de documentação, aumentando simultaneamente a visibilidade da empresa e a conveniência para os seus clientes. A disponibilidade da *Pilar Empresarial* para a realização de reuniões presenciais constitui uma mais-valia, promovendo uma comunicação eficaz e o fortalecimento das relações com os clientes. Este contacto direto permite uma melhor compreensão das suas necessidades, facilita a resolução colaborativa de problemas e contribui para o reforço da confiança mútua. Além disso, a empresa posiciona-se como uma opção viável para clientes que não aderem aos canais digitais.

Adicionalmente, a prática de mensalidades inferiores às da concorrência representa uma vantagem competitiva, ao tornar os serviços mais acessíveis. Esta política de preços contribui para a captação e retenção de clientes, aumentando o potencial de crescimento da empresa no mercado.

Por fim, destaca-se a diversidade de serviços prestados pela *Pilar Empresarial*, que abrange áreas como contabilidade (orçamental, geral e analítica), fiscalidade, informação de gestão, recursos humanos, consultoria financeira e de controlo interno, *marketing*, *design* e escritórios virtuais. Esta oferta abrangente potencia a satisfação e fidelização dos clientes, permite a diversificação das fontes de receita, fortalece a posição competitiva da empresa e proporciona maior flexibilidade face às dinâmicas do mercado.

5.1.2 Fraquezas

De acordo com Namugenyi et al. (2019), os fatores que dificultam o desempenho organizacional devem ser identificados para delinear medidas corretivas. Assim, propõem-se soluções para as seguintes fragilidades observadas:

5.1.2.1 Rotatividade dos recursos humanos.

Verifica-se, com frequência, a saída de colaboradores de diferentes níveis de antiguidade para outras empresas do setor. De acordo com Assi (2020) e Navakoski e Hisano (2023), a elevada rotatividade pode impactar negativamente as organizações nos seguintes aspetos:

1. Perda de conhecimento e experiência: Compromete a qualidade dos serviços, especialmente em situações que exigem conhecimentos específicos.
2. Interrupções no apoio aos clientes: Novos colaboradores precisam de tempo para

familiarizar-se com processos e políticas da empresa, o que pode originar atrasos nas respostas e entregas.

3. Custos associados: A rotatividade implica custos de recrutamento, seleção, treino e integração de novos funcionários.
4. Clima organizacional e moral dos funcionários: A instabilidade, traz incerteza e desmotivação na equipe restante. Assim como um processo de adaptação continua para com os novos colegas, o que pode causar desgaste e afetar a eficiência coletiva.

Rivera et al. (2014) analisaram a relação entre o clima organizacional e o desempenho laboral, enquanto Porto (2013) propôs estratégias para a sua melhoria, entre as quais:

1. Oferecer salários competitivos, planos de saúde, seguros e outros benefícios;
2. Criar um plano de carreira com oportunidades de crescimento na empresa;
3. Melhorar a comunicação interna sobre as decisões estratégicas;
4. Promover um ambiente de trabalho motivador e acolhedor;
5. Investir em formação contínua como forma de valorização profissional.

5.1.2.2 Número de estagiários na composição dos recursos humanos.

Torna-se cada vez mais comum as empresas apostarem na captação de talento jovem, recorrendo a programas de estágio que visam a formação, o desenvolvimento e, idealmente, a retenção de recém-licenciados. De acordo com Matos (2019), embora esta prática traga benefícios, o seu uso excessivo pode gerar impactos negativos, nomeadamente:

1. Falta de experiência e conhecimento específico: Estagiários, por definição, estão no início de percurso profissional, tendem a apresentar lacunas técnicas e dificuldades em tarefas complexas, o que pode originar erros e, eventualmente, coimas para a empresa.
2. Rotatividade e instabilidade: Estágios, por serem temporários, resultam numa elevada rotatividade, exigindo constante adaptação da equipa e formação de novos elementos.
3. Impacto na produtividade: A curva de aprendizagem dos estagiários pode afetar o desempenho da equipa, atrasar projetos e comprometer a eficiência operacional.

Matos (2019) destaca a importância de adotar boas práticas de supervisão e controlo para maximizar o potencial dos programas de estágio, salientando a necessidade de manter uma percentagem equilibrada de estagiários face ao número total de colaboradores. Nesse sentido, McDonald e Wilson-Mah (2022) reforçam que a criação de programas de mentoria, nos quais colaboradores experientes orientam estagiários, contribui para melhorar a curva de aprendizagem, reduzir erros e fortalecer o vínculo entre os jovens talentos e a organização. Para tal, recomenda-se:

1. Supervisão próxima: Garantir que os estagiários recebam o acompanhamento e suporte necessários para executar as suas tarefas com qualidade.
2. Monitorização (*feedback*) regular: Estabelecer um acompanhamento contínuo, promovendo a melhoria do desempenho ao longo do estágio.

5.1.2.3 Uniformidade na elaboração das tarefas entre os funcionários.

Nas empresas, os processos são normalmente transmitidos por colaboradores com maior experiência. No entanto, na *Pilar Empresarial* verifica-se a ausência de um padrão na execução das tarefas, inclusive em processos simples, como o arquivo documental. Esta inconsistência decorre da diversidade de opiniões entre os funcionários quanto à melhor forma de organizar a documentação. Para facilitar a pesquisa, seria recomendável arquivar os documentos por nome do fornecedor e por data. No entanto, existem diferentes práticas: alguns funcionários organizam por meses com separadores diários, enquanto outros fazem o inverso, organizando por diários com separadores mensais.

Verifica-se também disparidade no modo de arquivar faturas e recibos. A maioria opta por juntar, no diário de Depósitos à Ordem, a fatura/recibo com o comprovativo de pagamento por TPA. Outros preferem arquivar os documentos separadamente, colocando o comprovativo em Depósitos à Ordem e a fatura/recibo em Compras.

As diferenças estendem-se aos lançamentos contabilísticos. Alguns colaboradores procedem corretamente, lançando separadamente fatura e recibo. Este método permite que o saldo do fornecedor reflita o débito da fatura e o crédito do respetivo recibo, assegurando uma contabilidade transparente. Contudo, há quem debite diretamente a conta de Bancos ou Caixa sem lançar previamente a fatura, o que provoca um aumento incorreto no saldo devedor do fornecedor, exigindo correções no encerramento do exercício.

Outra inconsistência ocorre na descrição dos lançamentos. Enquanto alguns funcionários inserem descrições detalhadas, como o número da fatura e o nome do fornecedor, outros limitam-se a designações genéricas como “pago” ou “fornecedor”, o que compromete a pesquisa posterior. Em relação aos programas utilizados pela *Pilar Empresarial*, constata-se que os funcionários recorrem a programas de *software* diferentes para realizar as mesmas tarefas. Um exemplo disso é o processo de reconciliação bancária. Quando se trata de saídas de dinheiro referentes a pagamentos de salários, é necessário confirmar se os nomes registados no extrato bancário pertencem aos recursos humanos da empresa. Para tal, existem dois caminhos possíveis:

Aceder ao programa *Sage for Accounts*, menu de Gestão de Pessoal, onde se encontram os nomes

dos trabalhadores na folha de funcionários;

Utilizar o programa *GestObrig*, com acesso à Segurança Social Direta, através da secção de Emprego, seguida de Vínculos de Trabalhadores, permitindo consultar os trabalhadores ativos no período pretendido.

Embora ambos os métodos disponibilizem a informação necessária, o segundo revela-se significativamente mais demorado, o que compromete a eficiência do processo. Vivanco (2017) destaca que as empresas devem funcionar com base em processos bem definidos e monitorizados por meio de um manual interno, sendo a falta de uniformidade uma fragilidade organizacional com várias consequências:

1. Divergências nos resultados: Procedimentos distintos geram inconsistências nos registos contabilísticos e nos relatórios, afetando a confiança dos clientes;
2. Ineficiência operacional: A ausência de padrões aumenta o tempo de execução e a margem de erro;
3. Desafios na cooperação e colaboração: Processos distintos dificultam a cooperação entre colegas;
4. Falta de transparência e prestação de contas: Sem uniformidade, torna-se difícil monitorar o desempenho individual;
5. Impacto na satisfação do cliente: A inconsistência afeta a qualidade dos serviços prestados.

Como soluções, Vivanco (2017) recomenda:

1. Definir procedimentos standardizados, por meio de manuais claros;
2. Oferecer formação regular, garantindo o correto uso dos procedimentos;
3. Realizar auditorias internas, assegurando a sua aplicação prática.

5.1.2.4 Capacidade da empresa para atender os clientes.

Batt (2002) reforça que a sobrecarga de trabalho constitui um dos principais fatores de insatisfação dos recursos humanos, sobretudo quando o número de clientes atribuídos a cada colaborador excede a sua capacidade, situação que se verifica na *Pilar Empresarial*. Sendo assim, esta sobrecarga traduz-se em:

1. Sobrecarga de trabalho: longas jornadas, stress e risco de sobrecarga mental (*burnout*);
2. Redução da qualidade do serviço: falhas, incumprimento de prazos e menor atenção ao cliente;
3. Rotatividade de clientes: insatisfação gera abandono, prejudica a reputação e dificulta a captação de novos negócios;

4. Impacto na saúde e bem-estar dos funcionários: stress crónico prejudica a saúde física e mental, aumentando a ausência no trabalho;
5. Dificuldade na prestação de serviços personalizados: torna-se complexo oferecer um serviço adaptado a cada cliente.

Como tal, para equilibrar a carga de trabalho e preservar a qualidade do serviço, Batt (2002) recomenda a implementação dos seguintes processos:

1. Reforço da equipa: contratar novos colaboradores ou redistribuir clientes para reduzir o rácio cliente/colaborador;
2. Terceirização de tarefas: delegar atividades administrativas a prestadores externos;
3. Avaliação da capacidade: analisar periodicamente a proporção de clientes por colaborador, identificando áreas de sobrecarga;
4. Gestão eficiente da carga: implementar ferramentas de planeamento e priorização de tarefas, definindo metas realistas e delegando responsabilidades de forma equilibrada.

5.2 Ambiente Externo

Constitui o meio em que a empresa está inserida, sobre o qual não exerce controlo. O seu conhecimento permite enfrentar ameaças e aproveitar oportunidades, apoiando a definição de previsões estratégicas que maximizem benefícios e mitiguem riscos (Araújo, 2015).

5.2.1 Oportunidades

A análise SWOT, as oportunidades são fatores externos que a empresa pode explorar para reforçar as suas vantagens competitivas (Namugenyi et al., 2019). Na *Pilar Empresarial*, destacam-se várias perspetivas de crescimento através de parcerias estratégicas e inovação tecnológica.

As colaborações atuais com o *Millennium BCP*, que facilita o acesso ao *Sage for Accounts*, e com a *Madeira Media*, que permite oferecer serviços de *marketing e design*, poderão ser alargadas. A parceria com a Dra. Liliana Rocha, em Lisboa, abre portas ao mercado continental, ao passo que outras alianças podem reduzir custos e partilhar recursos e conhecimento (Elmuti, 2001).

Adicionalmente, a adoção de novas tecnologias em serviços contabilísticos proporciona ganhos em eficiência operacional, diminuição de erros, atualização em tempo real e oferta de serviços diferenciados, reforçando a competitividade da empresa (Gonçalves, 1994).

De acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 6/2023/M, desde 2015, têm vindo a ser implementadas medidas responsáveis de redução da carga fiscal que tornaram possível a recuperação de rendimentos, assim como o regime geral de aplicação dos fundos europeus para

o período de 2021-2027 do Decreto Legislativo Regional n.º 20/2023/M, de 15 de maio. Estas alterações e implementações configuram uma oportunidade estratégica para a Pilar Empresarial, enquanto aos benefícios fiscais e dos mecanismos de financiamento disponíveis, na medida em que reforçam a procura por serviços especializados de acompanhamento fiscal e financeiro, tanto ao nível das finanças pessoais como no contexto das empresas e dos empresários em nome individual.

Os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística demonstram que, em 2023, as micro, pequenas e médias empresas representavam 99,9% do total das empresas não financeiras em Portugal. Este crescimento e peso estrutural das PME e microempresas podem ser interpretados como uma condição favorável para a Pilar Empresarial, na medida em que este tipo de entidades constitui o principal público-alvo. O aumento do número de microempresas e empresários em nome individual traduz-se, assim, num alargamento do universo de potenciais clientes (Instituto Nacional de Estatística, 2025).

5.2.2 Ameaças

As ameaças correspondem a fatores externos que podem comprometer o alcance dos objetivos organizacionais (Namugenyi et al., 2019). Na *Pilar Empresarial*, a elevada oferta de serviços similares na área geográfica circundante intensifica a concorrência por clientes e pode reduzir margens de lucro. Além disso, as alterações frequentes na legislação fiscal e nas normas contabilísticas impõem atualizações contínuas de processos e sistemas, sob pena de incumprimento legal e aplicação de sanções. Por fim, apesar de as tecnologias emergentes, automação de processos, inteligência artificial e computação em nuvem, poderem aumentar a eficiência, a incapacidade de acompanhar estes avanços ou de investir em soluções modernas expõe a empresa ao risco de perda de competitividade e de eficiência operacional.

Estima-se que cerca de 70 mil portugueses tenham emigrado em 2022, representando um aumento de aproximadamente 8% face a 2021, o que confirma a retoma e intensificação dos fluxos emigratórios após o período pandémico. Em termos acumulados, Portugal apresenta-se como o quarto país da União Europeia com maior proporção de emigrantes relativamente à população residente. Adicionalmente, as vagas recentes de emigração revelam uma crescente seletividade ao nível das qualificações, sendo provável que o ritmo de qualificação da população emigrada tenha já superado o da população residente, o que agrava a perda de capital humano. Reduzindo simultaneamente a disponibilidade e a qualidade da mão de obra, limitando a capacidade das empresas em atrair e reter trabalhadores qualificados (Pires et al., 2024).

5.3 Análise da Matriz SWOT

As opções estratégicas decorrem da conjugação entre o ambiente interno e externo da empresa, através das combinações entre Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças (Carvalho & Filipe, 2006). As estratégias resultantes de cada combinação da matriz SWOT são apresentadas na Tabela 5.2.

Tabela 5.2 - Análise da Matriz SWOT (Teixeira, 2013)

Análise Interna / Externa	Oportunidades (O)	Ameaças (T)
Pontos Fortes (S)	SO (maxi-maxi) Tirar o máximo partido dos pontos fortes para aproveitar ao máximo as oportunidades detetadas.	ST (maxi-mini) Tirar o máximo partido dos pontos fortes para minimizar os efeitos das ameaças detetadas.
Pontos Fracos (W)	WO (mini-maxi) Desenvolver estratégias que minimizem os efeitos negativos dos pontos fracos e, simultaneamente, aproveitem as oportunidades emergentes.	WT (mini-mini) As estratégias a desenvolver devem minimizar ou ultrapassar os pontos fracos e, assim, fazer face às ameaças.

As opções estratégias serão o resultado da conjugação entre o exterior e o interior empresarial (Carvalho & Filipe, 2006). Das quatro combinações, retiram-se sugestões para movimentações estratégicas: mover-se da união de Fraquezas e Oportunidades, Liderar da combinação entra as Forças e as Oportunidades, defender-se interação entre Ameaças e Fraquezas e limitar riscos da fusão entre ameaças e Forças.

No que diz respeito as Forças e Oportunidades (SO), Freire (1997) sugere que esta combinação se enquadra numa estratégia agressiva, assente na maximização dos pontos fortes para explorar oportunidades externas. No caso da Pilar Empresarial, a relação próxima com os clientes, a localização de fácil acesso e a disponibilidade para reuniões presenciais permitem desenvolver parcerias estratégicas e uma abordagem personalizada. O crescimento do empreendedorismo e das microempresas constitui uma oportunidade relevante, por representar o alargamento do mercado potencial da Pilar Empresarial. Paralelamente, a diversificação dos serviços e a prática de mensalidades competitivas possibilitam a expansão da oferta, incluindo serviços de informação e apoio aos clientes no acesso e aproveitamento de regimes de incentivos e fundos europeus.

De acordo com Freire (1997), esta combinação corresponde à adoção de uma estratégia de diversificação. No âmbito das estratégias ST, as forças internas da organização devem ser

utilizadas para minimizar o impacto das ameaças externas. A concorrência intensa na zona envolvente pode ser atenuada através da diferenciação assente na proximidade com os clientes e na personalização do serviço prestado. A diversidade da oferta possibilita uma adaptação mais célere às alterações legais, reduzindo os riscos associados à instabilidade normativa. Adicionalmente, o acompanhamento próximo e presencial dos clientes contribui para mitigar os efeitos da evolução tecnológica acelerada, sobretudo junto de clientes menos digitalizados, reforçando a confiança e a fidelização.

No âmbito das estratégias WO, Freire (1997) salienta o uso de uma mudança radical da estratégia, orientada para a superação das fraquezas internas através do aproveitamento das oportunidades externas. A implementação de procedimentos internos padronizados assume um papel central na redução de erros operacionais e no aumento da eficiência, permitindo uma resposta mais estruturada às exigências do mercado. O crescimento do número de microempresas e do empreendedorismo constitui uma oportunidade para reorganizar os processos internos e ajustar a capacidade operacional da empresa. Paralelamente, a estabilização da equipa e a redução da dependência de recursos humanos temporários podem ser potenciadas através da expansão controlada da carteira de clientes, contribuindo para uma gestão mais equilibrada e sustentável da atividade.

Por fim, as estratégias WT corresponde à adoção de uma estratégia defensiva (Carvalho e Filipe, 2006), esta combinação, orientada para a minimização simultânea das fraquezas internas e das ameaças externas. A adoção de novas tecnologias permite reduzir a falta de padronização dos processos e mitigar os riscos associados à evolução tecnológica e à concorrência intensa. Paralelamente, o crescente interesse dos clientes por informação sobre regimes de incentivos e fundos europeus constitui uma oportunidade de mercado que pode ser explorada de forma prudente, sem comprometer a capacidade operacional da empresa. O ajustamento da carteira de clientes à estrutura disponível e o reforço de processos de integração e capacitação contribuem para reduzir a dependência de recursos humanos temporários e atenuar os impactos da escassez de profissionais qualificados.

6 Conclusão

A realização deste relatório representa um momento de síntese e reflexão sobre a experiência de estágio curricular realizada na *Pilar Empresarial*, no âmbito do Mestrado em Gestão da Universidade da Madeira. Este período constituiu uma oportunidade para integrar o conhecimento adquirido ao longo do percurso académico num contexto profissional real, aprofundando competências técnicas e comportamentais essenciais para o exercício da atividade na área do contabilidade e gestão.

O estágio permitiu vivenciar de forma prática a aplicação dos conceitos e metodologias estudados, evidenciando a importância da contabilidade como instrumento central para o apoio à decisão empresarial. As atividades desenvolvidas, desde as mais básicas tais como o arquivo até à elaboração de demonstrações financeiras, proporcionaram uma compreensão abrangente e estruturada dos processos internos de um gabinete de Contabilidade.

A experiência revelou a relevância de procedimentos meticulosos e do cumprimento rigoroso das normas do *Sistema de Normalização Contabilística*. O contacto com a legislação fiscal e contabilística portuguesa reforçou a necessidade de atualização constante dos profissionais, face às alterações normativas e às exigências legais impostas pelas autoridades competentes.

O estágio evidenciou, igualmente, a importância do uso eficiente das tecnologias de informação. O trabalho com *software* como *Sage for Accountants* e *GestObrig* demonstrou como a digitalização dos processos, a automatização de tarefas e a integração de plataformas podem otimizar a produtividade e reduzir o risco de erro. Este aspeto tornou-se particularmente relevante no tratamento de grandes volumes de informação e na gestão de prazos fiscais e contabilísticos.

Outro elemento significativo desta experiência foi a integração numa equipa de trabalho qualificada e disponível para apoiar a aprendizagem. A orientação recebida e o ambiente colaborativo facilitaram a adaptação ao contexto da empresa e fomentaram o desenvolvimento de competências interpessoais, como a comunicação eficaz, o trabalho em equipa e a gestão de tempo.

No plano das aprendizagens, destacou-se a capacidade de relacionar a prática profissional com o enquadramento teórico, o que permitiu compreender de forma mais clara a utilidade dos conhecimentos adquiridos no mestrado. Conceitos abordados em disciplinas como Contabilidade, Análise Financeira e Fiscalidade foram diretamente aplicados na execução das tarefas, contribuindo para uma aprendizagem integrada.

A realização de reconciliações bancárias, conferências de contas e verificações cruzadas de informação reforçou a importância do rigor, da atenção ao detalhe e da organização sistemática. Estes procedimentos mostraram que a qualidade da informação contabilística depende não só do cumprimento das normas, mas também da capacidade de identificar e corrigir inconsistências antes que estas possam comprometer a fiabilidade dos resultados apresentados. Apesar da diversidade de tarefas realizadas, a análise de demonstrações financeiras foi uma área em que não foi possível aprofundar totalmente o trabalho, uma vez que este processo ocorre no momento de fecho de contas, previsto para o mês de maio, enquanto o estágio terminou em março. Ainda assim, foi possível consultar demonstrações de exercícios anteriores e do ano em curso, o que permitiu compreender, ainda que de forma introdutória, a complexidade inerente à sua elaboração. Esta experiência revelou que o processo varia significativamente de empresa para empresa, de acordo com a natureza e a estrutura das suas contas, exigindo, por isso, uma adaptação rigorosa às especificidades de cada caso.

A análise SWOT realizada no quinto capítulo do relatório permitiu identificar os pontos fortes e fracos da *Pilar Empresarial*, bem como as oportunidades e ameaças que influenciam a sua atuação no mercado. Entre as forças destacaram-se a proximidade com o cliente, os preços competitivos e a diversidade de serviços prestados. Entre as fragilidades, evidenciaram-se aspetos relacionados com a padronização de processos internos e problemas com a rotatividade e composição dos recursos humanos. A empresa beneficia ainda de uma localização privilegiada e estratégica, associada a uma equipa bem-disposta e acolhedora no atendimento, aspetos que reforçam a sua competitividade no mercado.

Este diagnóstico sustentou propostas de melhoria, como maior padronização do arquivo e formação contínua, às quais se acrescenta a necessidade de revisão e aperfeiçoamento do manual de procedimentos, tornando-o uma ferramenta mais clara e acessível para novos colaboradores e estagiários. Recomenda-se igualmente a sua divulgação junto dos colaboradores mais antigos, de forma a garantir a aplicação uniforme. Seria também pertinente implementar um plano estruturado de divisão de tarefas, permitindo que estagiários assumam responsabilidades em procedimentos básicos, como arquivo e lançamentos de faturas já pré-programadas. Para além de facilitar a aprendizagem, esta medida reduziria a carga de trabalho dos funcionários mais experientes, melhorando o ambiente organizacional e a eficiência operacional.

Neste contexto, estudos como os de Rivera et al. (2014) e Porto (2013) salientam a relação entre o clima organizacional e o desempenho laboral, defendendo estratégias como benefícios

competitivos, planos de carreira, comunicação interna eficaz, investimento em formação e promoção de ambientes de trabalho motivadores. Estas recomendações revelam-se pertinentes para fortalecer a *Pilar Empresarial* a médio prazo.

De igual modo, a utilização do espaço existente num andar inferior, atualmente arrendado pela própria empresa, constitui uma oportunidade de expansão. Esta medida permitiria aumentar a capacidade operacional, criar escritórios e contratar mais colaboradores, viabilizando um atendimento mais eficiente e personalizado, além de facilitar a captação de novos clientes. Tal iniciativa reforçaria a posição da empresa no mercado e abriria novas perspectivas de crescimento sustentável.

Em termos pessoais e profissionais, o estágio constituiu uma etapa fundamental para o desenvolvimento de competências transferíveis para o mercado de trabalho. A capacidade de trabalhar sob pressão, gerir prazos e responder a imprevistos foi amplamente exercitada. Além disso, a convivência com a realidade diária de uma empresa desta natureza proporcionou uma visão realista das exigências da profissão, ajudando a consolidar a escolha de carreira e a fortalecer a motivação para investir na formação contínua.

A experiência revelou, ainda, a importância do equilíbrio entre competências técnicas e competências interpessoais. A comunicação clara com colegas e clientes, a postura ética e a gestão das expectativas das partes interessadas são aspetos tão determinantes quanto o domínio técnico na construção de uma relação de confiança e na prestação de um serviço de qualidade.

Em suma, este estágio permitiu aplicar, consolidar e expandir os conhecimentos adquiridos no Mestrado em Gestão, proporcionando uma experiência prática enriquecedora e alinhada com os objetivos académicos e profissionais. O contacto direto com as exigências do setor contabilístico e de gestão evidenciou a necessidade de atualização permanente, a relevância do trabalho em equipa e a importância do rigor e da eficiência na execução das tarefas.

O contributo desta experiência para a formação académica e para a preparação para o exercício profissional é, por isso, inegável. O estágio funcionou como um elo entre a teoria e a prática, confirmando que a aplicação eficaz do conhecimento requer não apenas competência técnica, mas também capacidade de adaptação, proatividade e compromisso com a melhoria contínua.

Conclui-se, assim, que a realização deste estágio na *Pilar Empresarial* representou um passo decisivo para a consolidação de uma carreira na área da contabilidade e gestão. As aprendizagens e experiências adquiridas constituem uma base sólida para enfrentar futuros desafios profissionais, contribuindo para um desempenho ético, eficiente e orientado para

resultados, num contexto empresarial em constante evolução.

Bibliografia

Assembleia da República. (2006). *Código das Sociedades Comerciais* (Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro, com as alterações subsequentes). *Diário da República*. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/262-1986-220107>

Ak, F., & Sönmez, Z. (2007). *Fatura ve e-fatura*. Ak Denetim.

Ali, M. J., & Ahmed, K. (2017). Determinants of accounting policy choices under international accounting standards: Evidence from South Asia. *Accounting Research Journal*, 30(4), 430-446. <https://doi.org/10.1108/ARJ-02-2015-0020>

Araújo, J. C., et al. (2020). *Análise SWOT: Uma ferramenta na criação de uma estratégia empresarial* (Dissertação de mestrado, Unisalesiano Lins, São Paulo).

Assi, M. (2020). *Controles internos e cultura organizacional: Como consolidar a confiança na Gestão dos negócios*. Saint Paul.

Batt, R. (2002). Managing customer services: Human resource practices, quit rates, and sales growth. *Academy of Management Journal*, 45(3), 587-597. <https://journals.aom.org/doi/epub/10.5465/3069383>

Bizdocs. (2024) Welcome, Arquivo digital de documentos para contabilistas e empresas. <https://bizdocs.mobi/>

Bobryshev, A. N., Uryadova, T. N., Lyubenkova, E. P., Yakovenko, V. S., & Alekseeva, O. A. (2014). Analytical and management approaches to modeling of the accounting balance sheet. *Life Science Journal*, 11(8), 502-506.

Borges, A., Gamelas, E., Ferreira, P. A., Martins, M., Magro, N., & Rodrigues, J. P. (2009). *SNC – Sistema de normalização contabilística: Casos práticos*. Áreas Editora.

Brazel, J. F., & Dang, L. (2008). The effect of ERP system implementations on the management of earnings and earnings release dates. *Journal of Information Systems*, 22(2), 1-21. <https://doi.org/10.2308/jis.2008.22.2.1>

Bunge, M. (2018). *La ciencia: Su método y su filosofía* (Vol. 1). Laetoli.

Caiado, A. C. P. (2003). *Contabilidade de gestão* (3ª ed.). Áreas Editora.

Canahua Huaman, D. (2006). Referencias históricas en contabilidad. En J. Candamil (Ed.), *Aportes de Fray Luca Pacioli al desarrollo de la contabilidad: Origen y difusión de la partida dobrada*. *Revista Espacios*, 38(34). <https://www.revistaespacios.com/a17v38n34/a17v38n34p01.pdf>

Caria, A. A., & Rodrigues, L. L. (2014). The evolution of financial accounting in Portugal since the 1960s: A new institutional perspective. *Accounting History*, 19(1-2), 227-254. <https://doi.org/10.1177/1032373213511319>

Carvacho Barría, C. (2013). *Análisis de modelos de medición de deterioro del activo inmovilizado material maquinarias y equipos: Aplicación de los métodos de valor justo y valoren uso a una empresa de la Quinta Región Interior* [Tesis de licenciatura, Universidad de Valparaíso]. Repositorio Bibliotecas Universidad de Valparaíso. <http://repositoriobibliotecas.uv.cl/handle/uvscl/3561>

Carvalho, J. C. de, & Filipe, J. C. (2006). *Manual de estratégia: Conceitos, prática e roteiro*. Edições Sílabo.

Jesus, M. A., & Gomes, G. A. V. (2019). Implementação do SNC-AP em entidades públicas da Região Autónoma da Madeira. *Revista de contabilidade e Organizações*, 13(38), 1–15. https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/17459?utm_source

Dechow, P., Ge, W., & Schrand, C. (2010). Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2-3), 344-401. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.09.001>

Decreto-Lei n.º 158/2009. (2009, 13 de julho). *Diário da República Eletrónico*, 4375–4384. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/158--492428>

Decreto-Lei n.º 192/2015. (2015, 11 de setembro). Diário da República Eletrónico, 7584–7828. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/192-2015-70262478>

Decreto-Lei n.º 155/1992. (1992, 28 de julho). Diário da República Eletrónico, 3502–3509. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/155-1992-275619>

Decreto-Lei n.º 98/2015. (2015, 2 de junho). Diário da República Eletrónico, 3470–3493. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/98-2015-67356342>

Decreto Legislativo Regional n.º 6/2023/M (2023, 16 de janeiro). Diário da República, Série I (pp. 30–55). Diário da República. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-legislativo-regional/6-2023-206158537>

Decreto Legislativo Regional n.º 20/2023/M (2023, 15 de maio). Diário da República, Série I (pp 18 – 23). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-legislativo-regional/20-2023-213069635>

Demirkan, Ş. (2001). *Accounting education methods* [Apresentação no 20.º Simpósio Turco de Educação em contabilidade, pp. 51–66]. Anadolu Üniversitesi Yayınları (Publicação n.º 1341), Eskişehir, Turquia.

Diniz, N. (2015). *Análise das demonstrações financeiras*. Rio de Janeiro: SESES.

Dyt, R., & Halabi, A. K. (2007). Empirical evidence examining the accounting information systems and accounting reports of small and micro business in Australia. *Small Enterprise Research*, 15(2), 1-9. <https://doi.org/10.5172/ser.15.2.1>

Elbashir, M. Z., Collier, P. A., & Sutton, S. G. (2011). The role of organizational absorptive capacity in strategic use of business intelligence to support integrated management control systems. *The Accounting Review*, 86(1), 155-184. <https://doi.org/10.2308/accr.00000010>

Elmuti, D., & Kathawala, Y. (2001). Uma visão geral das alianças estratégicas. *Decisão de Gestão*, 39(3), 205-218.

Ezzamel, M. (2002). Accounting and redistribution: The palace and mortuary cult in the Middle Kingdom, ancient Egypt. *Accounting Historians Journal*, 29(1). 61–103. <https://doi.org/10.2308/0148-4184.29.1.61>

Fernandez Pirla, J. M. (1977). *Teoría económica de la contabilidad: Introducción contable al estudio de la economía* (9ª ed.). Madrid: Ediciones ICE.

Ferreira, L. F., & Regojo, P. (1996). A regulamentação contabilística em Portugal I. *Jornal de contabilidade*, 230, 119-128.

Ferreira, M. A. A., et al. (2005). A importância do planeamento estratégico para o crescimento das empresas. *Maringá Management: Revista de Ciências e Empresariais*, 2(1), 34-39.

Ferreira, R. F. (1979). *Pequena história da contabilidade* (2ª ed.). Lisboa: Europress.

Fibonacci, L. (2002). *Liber Abaci*. (L. E. Sigler, Trad.). New York, NY: Springer. (Original publicado em 1202).

Freire, Adriano (1997). *Estratégia – Sucesso em Portugal*. Verbi, Lisboa

Gestobrig. (2023). *Quem somos*. Gestobrig. <https://gestobrig.com/Modules/Website/quemsomos.aspx>

Gomes, M. A. (2001). *Contabilidade de Gestão*. Lisboa: Rei dos Livros.

Gonçalves da Silva, F. V., & Esteves Pereira, J. M. (2008). *Contabilidade das sociedades*. Lisboa: Plátano Editora.

Gonçalves, J. E. L. (1994). Os impactos das novas tecnologias nas empresas prestadoras de serviços. *Revista de Administração de Empresas*, 34, 63-81. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901994000100008>

Güney, A. (2014). Role of technology in accounting and e-accounting. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 152, 852-855. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2014.09.333>

Hatfield, H. R. (1979). Defensa histórica de la contabilidad. In M. Chatfield (Comp.), *Estudios contemporáneos sobre la evolución del pensamiento contable* (pp. 1-14). México:

Ediciones Contable y Administrativas.

Hill, T., & Westbrook, R. (1997). SWOT analysis: it's time for a product recall. *Long range planning*, 30(1), 46-52. [https://doi.org/10.1016/S0024-6301\(96\)00095-7](https://doi.org/10.1016/S0024-6301(96)00095-7)

INSC. (2023). *Quem somos*. Informática, Serviços e Consultoria Lda. <https://www.insc.pt/insc/>

Instituto Nacional de Estatística. (2025). *Dia Internacional das Micro, Pequenas e Médias Empresas: 27 de junho de 2025*. INE.

<https://share.google/Z1zoc8C973Vv3HNjc>

Jones, A. (2010). Generic attributes in accounting: The significance of the disciplinary context. *Accounting Education*, 19(1), 5-21. <https://doi.org/10.1080/09639280902875523>

Jorge, S. M. (2001). Comparative local government accounting on the Iberian Peninsula. Comunicação apresentada na VIII Conferência CIGAR, Valência, Espanha.

Khairi, M. S., & Baridwan, Z. (2015). An empirical study on organizational acceptance of accounting information systems in Sharia banking. *The International Journal of Accounting and Business Society*, 23(1), 97-122.

Littleton, A. C. (1974). *Structure of accounting theory*. Sarasota, FL: American Accounting Association.

Littleton, A. C. (1979). Comparación entre la contabilidad antigua y la contabilidad moderna. En M. Chatfield (Comp.), *Estudios contemporáneos sobre la evolución del pensamiento contable* (pp. 59-68). México: Ediciones Contables y Administrativas.

MacKenzie, G. (1999). A new world ahead: International challenges for information management. *Information Management Journal*, 33(2), 24-34.

Madeira Media. (2023). O que fazemos?. Madeira Media <https://www.madeiramedia.com/>

Marion, J. C. (2008). *Contabilidade básica* (8ª ed.). São Paulo: Atlas.

Matarazzo, D. C. (2010). *Análise financeira de balanços: Abordagem gerencial* (7ª ed.). São Paulo: Atlas.

Matos Coelho, A. R. (2019). *Trainee programmes: A comprehensive analysis of companies and trainees' perspective* [Tese de doutoramento, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa].

Repositório ISCTE. https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/19314?locale=en&utm_source

Mattessich, R. (1964). *Contabilidad y métodos analíticos*. Buenos Aires: Editorial La Ley.

MDS Group. (2023). *MDS Win Broker*. MDS Group. <https://www.mdsgroup.com/pt/mds-win-broker/>

McDonald, M., & Wilson-Mah, R. (2022). The role of mentorship in internships. *Papers on Postsecondary Learning and Teaching*, 5. <https://doi.org/10.11575/pplt.v5i.73268>

Mileti, M., Aquel, S. S., Berri, A. M., Díaz, D. J., Doffo, L. G., Ingrassia Dominguez, R. C., Marchese, A. G., & Petrelli, C. (2007). Evolución histórica del concepto de contabilidad y los cambios sociales, económicos y políticos que la acompañaron. *Contabilidad y Auditoría*, 14(26), 43-64.

Millennium BCP. (2023). *Quem Somos*. Millennium BCP. <https://ind.millenniumbcp.pt/pt/Institucional/quemsomos/Pages/quem.aspx>

Miller, P., & Napier, C. (1993). Genealogies of calculation. *Accounting, Organizations and Society*, 18(7-8), 631-647. [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(93\)90047-A](https://doi.org/10.1016/0361-3682(93)90047-A)

Montesinos Julve, V. (1978). Formación histórica, corrientes doctrinales y programas de investigación de la contabilidad. *Revista Técnica Contable*, 30, 409-432.

Namugenyi, C., Nimmagadda, S. L., & Reiners, T. (2019). Design of a SWOT analysis model and its evaluation in diverse digital business ecosystem contexts. *Procedia Computer Science*, 159, 1145-1154. <https://doi.org/10.1016/j.procs.2019.09.283>

Navakoski Storti, G., & Hisano Barbosa, D. (2023). Impactos da Gestão do conhecimento

na rotatividade de colaboradores em uma empresa de eventos. *Revista FSA*, 20(5), 1–21. <https://doi.org/10.12819/2023.20.5.1>

Neves, J. C. das. (2004). *Análise financeira: Técnicas fundamentais*. Lisboa: Texto Editora.

Oliveira, L. M., & Nagatsuka, D. A. (2000). *Introdução à contabilidade*. São Paulo: Futura.

Oliveira, L. M. de., Perez, J. H., & Silva, C. A. dos Santos. (2005). *Controladoria estratégica*. São Paulo: Atlas.

Onuoha, L. N., & Amponsah, E. B. (2012). Bank reconciliation as a due process imperative for effective financial management. *Canadian Social Science*, 8(3), 52-56. <https://doi.org/10.3968/J.CSS.1923669720120803.2955>

Orlikowski, W. J. (1991). Integrated information environment or matrix of control? The contradictory implications of information technology. *Accounting, Management and Information Technologies*, 1(1), 9-42.

Teixeira, S. (2013). *Gestão das organizações* (3.^a ed.). Escolar Editora.

Veneza. Paganino de Paganini.

Pilar Empresarial. (2023a). *Currículo da empresa: Pilar Empresarial, Lda*.

Pilar Empresarial. (2023b). *Manual da empresa: Pilar Empresarial, Lda*.

Pino, G. L. M. (2009). Los arquetipos contextuales de la ortodoxia contable. *Lúmina*, 10, 175-206. <https://revistasum.umanizales.edu.co/ojs/index.php/lumina/article/view/1209>

Pires, A. M. M., & Rodrigues, F. J. P. (2018). Evolução previsível da contabilidade no setor público em Portugal: Uma interpretação a partir do grau de implementação das principais reformas e das características da envolvente. *Revista Gestin*, 16/17, 9-23. <https://gestin.ipcb.pt/public/site/arquivo/2018Gestin16-17art01.pdf>

Pires, R. P., Vidigal, I., Pereira, C., Azevedo, J., & Moura Veiga, C. (2024). *Emigração portuguesa 2023: Relatório estatístico*. Observatório da Emigração & Rede Migra, CIES-Iscte. <https://doi.org/10.15847/CIESOEMRE102024>

Porto, L. B. O. (2013). *Relação entre clima organizacional e o desempenho da organização* [Trabalho de conclusão de graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Lume Repositório Digital. <https://hdl.net/10183/97132>

Puyt, R. W., Lie, F. B., & Wilderom, C. P. (2023). *The origins of SWOT analysis*. *Long range planning*, 56(3), 102304. <https://doi.org/10.1016/j.lrp.2023.102304>

Reis, J. A. M. (1999). Uma incursão histórica na contabilidade. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas da Unimar*.

Ribeiro, O. M. (2017). *Contabilidade geral fácil*. Saraiva Educação S.A.

Rivera, B. C., Muriel, F. C. V., & Nova, M. R. (2014). Plan de mejoramiento de variables del clima organizacional que afectan al desempeño laboral en una entidad del Estado. *Suma de Negocios*, 5(10), 69-73. [https://doi.org/10.1016/S2215-910X\(14\)70012-6](https://doi.org/10.1016/S2215-910X(14)70012-6)

Sage. (2023). *Sobre Sage*. Sage. <https://www.sage.com/en-us/about-us/>

Sanchis, F. P. A. (2011). *Tratamiento de la documentación contable*. Ediciones Paraninfo.

Scarano, E. R., García Casella, C. L., Gilli, J. J., Vázquez, R., Bongianino de Salgado, C.

A., Sosisky, L. H., & Biondi, M. (1999). *Metodología de la investigación contable*. Ediciones La Ley.

Schwes, N. (1991). *Contabilidade: Ciência, técnica ou artes?* In *Actas das IV Jornadas de contabilidade*. Instituto Superior de contabilidade e Administração de Aveiro.

Seyal, A., Noah, M., & Rahim, M. (2002). Determinants of academic use of the internet: A structural equation model. *Behaviour & Information Technology*, 21(1), 71-86. <https://doi.org/10.1080/01449290210123354>.

Tua, J., & Pereda, J. (1995). *Lecturas de teoría e investigación contable*. Centro Interamericano Jurídico-Financiero. Ediciones Gráficas Lda.

Turner, L., & Apelt, C. (2004). Globalisation, innovation and information sharing in tax

systems: The Australian experience of the diffusion and adoption of electronic lodgement. *eJournal of Tax Research*, 2(2), 241-269. https://www.austlii.edu.au/cgi-bin/viewdoc/au/journals/eJITaxR/2004/13.html?utm_source=

Vivanco Vergara, M. E. (2017). Los manuales de procedimientos como herramientas de control interno de una organización. *Revista Universidad y Sociedad*, 9(3), 247-252.

Wirth, M. C. (1999). *Acerca de la ubicación de la contabilidad en el campo del conocimiento* [Tese de doutoramento, Universidade de Buenos Aires, Faculdade de Ciências Económicas].

Anexo A - Estrutura dos Recursos Humanos

Foi possível verificar uma disparidade entre a documentação oficial do currículo da empresa e a sua estrutura real, em parte devido à elevada taxa de rotação e à falta de atualização dos registos.

Tabela A.1 - Mapa atualizado dos recursos humanos (PE, 2023a)

Recursos Humanos				
Género	Habilitações	Anos Experiência	Tipo Contrato	Inscrito em Ordem Profissional
Feminino	Mestrado	12	Gerente	Sim. Economistas
Feminino	Pós-graduação	40	Prestador de serviços	Sim. Contabilistas Certificados
Feminino	Bacharelato	35	Efetivo	
Feminino	Curso Profissional	25	Efetivo	
Feminino	Curso Profissional	28	Efetivo	
Masculino	Curso Profissional	22	Efetivo	
Feminino	Licenciatura	7	Efetivo	
Feminino	Licenciatura	1	Estagiário	
Masculino	Licenciatura	1	Estagiário	
Feminino	Licenciatura	1	Efetivo	
Feminino	Licenciatura	25	Estagiário	
Masculino	Licenciatura	10	Efetivo	
Masculino	Curso Profissional	7	Efetivo	
Feminino	Licenciatura	33	Prestador de serviços	Sim. Contabilistas Certificados
Masculino	Doutoramento	27	Prestador de serviços	Sim. Contabilistas Certificados Sim. Economistas

A Tabela A.1, apresenta a estrutura atualizada dos recursos humanos, acrescenta-se que a empresa conta atualmente com três estagiários não remunerados, em estágio curricular.

Anexo B - Carregamento de Documentos no Sistema de Informação

Integração automática com portal e-FATURA
 De forma automática, poderá integrar na contabilidade, os faturas de créditos recebidas no portal e-FATURA da Autoridade Tributária (AT).

Carregar movimentos contabilísticos:

Mês: até N.I.F.

Movimentos (143) Lançar (15)

Lançar movimentos e-FATURA com data de lançamento 30-11-2023

Por parametrizar Parametrizados Lançados Não lançados

143 Movimentos e-FATURA								
Estado	S/N	Entidade	Tipo	Número	Data doc.	Total	Retenções	Nº interno
Lançado	<input type="checkbox"/>		FS	FS SM9/259000	16-11-2023	21,57€	0,00€	1100053
Lançado	<input type="checkbox"/>		FS	FS SM9/259318	17-11-2023	22,29€	0,00€	1100052
Lançado	<input type="checkbox"/>		FS	FS SM9/259461	18-11-2023	22,49€	0,00€	1100065
Lançado	<input type="checkbox"/>		FT	NFT FT01/50125	17-11-2023	22,84€	0,00€	1100002
Lançado	<input type="checkbox"/>		FT	FT TR/071190	17-11-2023	23,55€	0,00€	1100016
Parametrizado	<input checked="" type="checkbox"/>		F-I	F-I 2023A1/2533954	30-11-2023	24,28€	0,00€	
Lançado	<input type="checkbox"/>		FS	NFS FS01/26210	28-11-2023	25,00€	0,00€	1100014
Lançado	<input type="checkbox"/>		FS	FS SM9/257830	08-11-2023	25,70€	0,00€	1100063
Lançado	<input type="checkbox"/>		FS	FS DCC003/1038242	18-11-2023	26,02€	0,00€	1100023
Lançado	<input type="checkbox"/>		FR	FR 31/15027	03-11-2023	26,97€	0,00€	1100002
Lançado	<input type="checkbox"/>		FS	FS DC C 1004/182/6646	30-11-2023	27,14€	0,00€	1100004
Lançado	<input type="checkbox"/>		FS	FS SM9/259716	21-11-2023	27,68€	0,00€	1100049
Lançado	<input type="checkbox"/>		FS	FS 2/78656	23-11-2023	29,19€	0,00€	1100015
Lançado	<input type="checkbox"/>		NC	NV V027/00004201	07-11-2023	30,00€	0,00€	1100001
Lançado	<input type="checkbox"/>		NC	NV V009/00002324	15-11-2023	30,00€	0,00€	1100003
Lançado	<input type="checkbox"/>		FS	FS DC C 1001/4/66478	01-11-2023	30,30€	0,00€	1100000
Lançado	<input type="checkbox"/>		NC	NV V027/00004313	14-11-2023	34,68€	0,00€	1100002
Lançado	<input type="checkbox"/>		FT	FT FA.2023/89868	21-11-2023	37,40€	0,00€	1100012
Lançado	<input type="checkbox"/>		FT	FT FA.2023/90955	24-11-2023	37,40€	0,00€	1100009
Lançado	<input type="checkbox"/>		FT	FT FA.2023/92870	30-11-2023	37,40€	0,00€	1100007

Figura B.1 - Página inicial do programa e-fatura connection (Sage,2023)

Anexo C - Reconciliações Bancárias

Figura C.1 - Pedido de Extrato da Conta 12 (Sage, 2024).

Millennium bcp				
CONCILIAÇÃO DE SALDOS BANCÁRIOS em 31/03/2023				
CONTA N.º 262443395				
0 - Saldo do Extrato Bancário (se devedor considerar -)				2 614,78
Data	Tipo Doc.	N.º Doc.	Descrição / Terceiro	Valor
1 - Movimentos a débito no Banco que ainda não foram contabilizados pela Empresa: (+)				
				0,00
2 - Movimentos a crédito no Banco que ainda não foram contabilizados pela Empresa: (-)				
				0,00
3 - Movimentos a débito na Empresa que ainda não foram contabilizados pelo Banco: (+)				
				0,00
4 - Movimentos a crédito na Empresa que ainda não foram contabilizados pelo Banco: (-)				
				0,02
				0,02
5 - Saldo do Banco Conciliado (0+1-2+3-4)				2 614,78
6 - Saldo da Conta Corrente na Empresa (se credor considerar +)				2 614,79
7 - Diferença (5-6)				0,00

Figura C.2 - Documento em Excel para reconciliações bancárias (PE, 2023b).

Lançamento — □ ×
 Diário: 4 Bancos Nº interno: 800077 Utilizador: Pilar_CC Contabilidade: Geral Total débito: 17 782,59 Total crédito: 17 782,59
 Data de lançamento: 31-08-2023 NºMês: 8 Tipo de lançamento: Banco Bancos
 Data do documento: 31-08-2023 Descrição: Depósitos

Novo Gravar Apagar Sair Fechar (Alt+F) Caixa (F8) Abert/Fechos (F6) C/Custo (F7) Gravar descrição (Alt+M) Ver (Todas)

Nº linha	Data documento	Tipo documento	Nº documento	C.	Conta	Valor a débito	Valor a crédito	Descrição lançam.
1	31-08-2023	23 Depósito		G	1211 Conta 000045609228602	17 782,59		Depósitos
2	31-08-2023	23 Depósito		G	1111 Caixa Recebimentos		17 782,59	Depósitos

Figura C.3 - Lançamento manual de depósito em numerário (Sage, 2024).

Extrato de conta

Tipo de listagem: Extrato de conta

Limites:
 Contabilidade: Geral
 Período: 01-01-2023 a 31-12-2023
 Contas: 221110001 a 221110001
 Tipos de: a 9999
 Lista clientes/fornec.: Ordem de código de conta
 Muda de página?
 Imprime contas com saldo=0?
 Imprime descrição do lançamento?

Opções impressão:
 Paleta cores: Preto e Branco Configurar impressora
 Imprimir para: Ecrã Impressora Exportação

Opções exportação:
 Formato: Adobe Acrobat PDF Enviar por e-mail
 Ficheiro:

Imprimir Sair

Figura C.4 - Pedido de extrato da conta 22 (Sage, 2024).

Emitido por Pilar_ES em 19-03-2024 10:27:10

(Período:01-01-2023 - 31-12-2023)

Conta: (Euros)

Data	Diário	NºInt.	Descrição Lang.	Documento	Observações	Mês Rec.	Débito	Crédito	Saldo
30 Set	3 Caixa	900025	Pag. Fornecedor	Rec. 26Set			37,85		44,58 C
30 Set	3 Caixa	900026	Pag. Fornecedor	Rec. 01Set			19,70		24,88 C
30 Set	3 Caixa	900027	Pag. Fornecedor	Rec. 05Set			24,88		0,00
30 Nov	1 Compr.	1100019	e-FATURA FT FA.2023/90816	Fact. FA.2023/90816 24Nov	Via e-FATURA FA.2023/90816			26,99	26,99 C
31 Dez	1 Compr.	1200015	e-FATURA FT FA.2023/93880	Fact. FA.2023/93880 06Dez	Via e-FATURA FA.2023/93880			28,89	55,88 C
31 Dez	1 Compr.	1200016	e-FATURA FT FA.2023/99458	Fact. FA.2023/99458 28Dez	Via e-FATURA FA.2023/99458			34,58	90,46 C
31 Dez	1 Compr.	1200017	e-FATURA FT FA.2023/96107	Fact. FA.2023/96107 14Dez	Via e-FATURA FA.2023/96107			39,30	129,76 C
Total período:							1.707,13	1.836,89	
Total geral:							1.707,13	1.836,89	129,76 C

Figura C.5 - Extrato por conciliar do fornecedor (Sage, 2023).

(Período:01-01-2023 - 31-12-2023)

Conta:									
(Euros)									
Data	Diário	NºInt.	Descrição Lanç.	Documento	Observações	Rec. Rec.	Débito	Crédito	Saldo
30 Set	3 Caixa	900027	Pag. Fornecedor p. Emissão	Rec. 05Set			24,88		0,00
30 Nov	1 Compr	1100019	e-FATURA FT FA.2023/90816	Fact. FA.2023/90816 24Nov	Via e-FATURA FA.2023/90816			26,99	26,99 C
31 Dez	1 Compr	1200015	e-FATURA FT FA.2023/93880	Fact. FA.2023/93880 06Dez	Via e-FATURA FA.2023/93880			28,89	55,88 C
31 Dez	1 Compr	1200016	e-FATURA FT FA.2023/99458	Fact. FA.2023/99458 28Dez	Via e-FATURA FA.2023/99458			34,58	90,46 C
31 Dez	1 Compr	1200017	e-FATURA FT FA.2023/96107	Fact. FA.2023/96107 14Dez	Via e-FATURA FA.2023/96107			39,30	129,76 C
31 Dez	3 Caixa	1200042	Pag. Fornecedor p. Emissão 2023/96107 e FA 2023/99458	Rec. 28Dez			73,88		55,88 C
31 Dez	3 Caixa	1200043	Pag. Fornecedor p. Emissão 2023/90816 e FA.2023/93880	Rec. 06Dez			55,88		0,00
Total período:							1.836,89	1.836,89	
Total geral:							1.836,89	1.836,89	0,00

Figura C.6 - Extrato conciliado de um fornecedor (Sage, 2023).

Anexo D - Demonstração de Resultados por Naturezas.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS Abertura Regularizações

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS				
		2022	2021	2020	2019	2018
RENDIMENTOS E GASTOS						
Vendas e serviços prestados.....		41 654,68	21 277,62	17 507,80	42 467,10	
Subsídios à exploração.....			6 239,82			
Variação nos inventários da produção.....						
Trabalhos para a própria entidade.....						
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....						
Fornecimentos e serviços externos.....		(16 874,92)	(5 889,35)	(5 310,99)	(14 294,86)	
Gastos com o pessoal.....		(8 830,05)	(7 709,64)	(9 494,90)	(18 894,24)	
Imparidade (perdas / reversões).....						
Provisões (aumentos/reduções).....						
Outros rendimentos.....		27 170,18	530,33	10,02	1 060,59	
Outros gastos.....		(9 192,49)	(8 009,77)		(503,89)	
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		33 927,40	6 439,01	2 711,93	9 834,70	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....		(7 310,79)	(1 082,90)		(4 225,00)	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		26 616,61	5 356,11	2 711,93	5 609,70	
Juros e rendimentos similares obtidos.....						
Juros e gastos similares suportados.....		(,22)				
Resultado antes de impostos		26 616,39	5 356,11	2 711,93	5 609,70	
Imposto sobre o rendimento do período.....		(2 646,22)	(467,78)	(134,87)	(235,76)	
Resultado líquido do período		23 970,17	4 888,33	2 577,06	5 373,94	
APURAMENTO CMVMC						
Existencias Iniciais		0	0	0	0	0
Compras		0	0	0	0	0
Regularização Existencias		0	0	0	0	0
Existencias finais		0	0	0	0	0
CMVMC		0	0	0	0	0
APURAMENTO DA VARIAÇÃO PRODUÇÃO						
Existencias Iniciais (Obras em Curso)		0	0	0	0	0
Existencias finais (Obras em Curso)		0	0	0	0	0
Variação da Produção		0	0	0	0	0

A Gerência: _____

O Contabilista certificado: _____

Figura D.1 - Demonstração de Resultados por naturezas da empresa ABC.